



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FATECS
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA – MONOGRAFIA
PROFESSORA ORIENTADORA – Mônica Igreja Prado
ÁREA – Jornalismo

Eu, os presos e a televisão
A apropriação do noticiário policial pelos presidiários da
Papuda no Distrito Federal

Débora Álvares Schuab Táboas
20605351

Brasília, novembro de 2009

Débora Álvares Schuab Táboas

Eu, os presos e a televisão

A apropriação do noticiário policial pelos presidiários da Papuda no Distrito Federal

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas (Fatecs), como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Professora – mestra em Comunicação Social Mônica Igreja Prado

Brasília, novembro de 2009

Débora Álvares Schuab Táboas

Eu, os presos e a televisão

A apropriação do noticiário policial pelos presidiários da Papuda no Distrito Federal

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas (Fatecs), como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Banca Examinadora

Prof^a. Mônica Igreja Prado
Orientadora

Prof. Luiz Cláudio Ferreira
Examinador

Prof. Paulo Paniago
Examinador

Brasília, novembro de 2009

Dedico este trabalho àqueles que sempre estiveram comigo e, mesmo nos momentos de cansaço, incentivaram-me. Amigos e familiares que me deram a força que, por vezes faltava-me para continuar.

Mas, em especial, essa monografia é dedicada à minha mãe, Marildes Álvares, que em meio a inúmeras dificuldades sempre foi exemplo de perseverança. A ela, que me mostrou o caminho e me levantou quando necessário.

Agradeço, primeiramente a Deus, a vida e as oportunidades que tem colocado em meu caminho. A todos que conviveram de perto comigo por suportar minhas ausências e nervosismos e, ainda assim, continuaram a me apoiar. Aos policiais da Penitenciário do Distrito Federal I, que me acolheram durante cerca de três meses, pela paciência e cuidado. E, em especial, à professora Mônica Prado por ter sido inspiração e sabedoria no desenvolvimento deste grande desafio e principalmente, por acreditar que eu seria capaz.

Resumo

A intenção desta monografia é analisar a forma como os presidiários se sentem representados pela maneira como são retratados no noticiário de televisão. Além disso, pretende-se conhecer o consumo que eles fazem da programação televisiva como um todo e o que os motiva na busca de informações, bem como refletir sobre a interação deles com as notícias. Para a obtenção dos resultados esperados, realizou-se entrevistas com detentos da Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I), localizada no complexo da Papuda. O método que serviu de guia foi a hermenêutica – teoria filosófica que se ocupa da compreensão e interpretação de textos e sentidos. Uma análise crítica das entrevistas permitiu concluir que os detentos não se sentem diretamente representados pela cobertura policial televisiva. No entanto, relataram sentimentos diversos como vergonha e desrespeito frente às matérias de violência e crimes em geral.

Palavras-chave: cobertura policial, violência, televisão, detentos.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Tema	8
1.2 Problema de pesquisa/	8
1.3 Justificativa	9
1.4 Objetivos.....	11
1.4.1 Objetivo geral	11
1.4.2 Objetivos específicos	11
2 TEORIAS QUE CIRCUNDAM O TEMA.....	12
2.1 Os usos e gratificações	12
2.3 O agendamento.....	15
3 METODOLOGIA	18
3.1 Sistema Prisional.....	21
3.1.1 A evolução do código penal brasileiro	22
3.1.2 Estrutura do sistema penitenciário	24
3.1.3 Direitos humanos dos presidiários.....	26
3.2 Coleta de Dados.....	27
3.3 Análise crítica	67
4 CONCLUSÃO	78
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
6 ANEXOS	82
6.1 Anexo 1	82
6.2 Anexo 2	Erro! Indicador não definido.83
6.3 Anexo 3	85
6.4 Anexo 4	88
6.5 Anexo 5	91
6.6 Anexo 6	92
6.7 Anexo 7	92

1 Introdução

O entretenimento infiltrou-se no mundo jornalístico, especialmente nos grandes conglomerados que tornaram a notícia mais um produto a ser oferecido. É o que afirma Bucci (apud GODOI, 2007, p. 20). Segundo o autor, a cobertura de crimes, em especial, pretende chocar, tornar o fato sensacional.

Segundo o jornalista César Augusto Resende da Costa (apud GODOI, 2007, p. 13), o jornalismo policial é um importante instrumento de informação para a sociedade, mas a forma como tem sido tratado faz com que ele perca importância. De acordo com Costa, o “atual jornalismo policial é um misto de circo com terrorismo, que matam ouvintes, espectadores e leitores numa espécie de transe de medo, para reagir a escalada de violência que é crescente no país”.

A notícia, em especial sobre violência, é citada por Maria Izabel Oliveira Szpacenkopf (apud GODOI, 2007, p. 31), como influenciadora do espetáculo na televisão. “O excesso de violência na mídia deve-se ao fato não só dela fazer parte de um de seus agendamentos, mas porque constitui um tema que mais interessa os telespectadores”. As imagens e palavras que integram o noticiário sobre violência impressionam o público, de acordo com Szpacenkopf.

Frente a essa realidade de fazer dos crimes um espetáculo, a imprensa expõe pessoas e, assim, incorre em erros que podem ser irreversíveis. O grande exemplo disso é o caso Escola Base. Em 1994, diversos órgãos de imprensa deixaram-se levar por um escândalo, mesmo antes de a veracidade dos fatos ser provada (RIBEIRO, 2000). Seis pessoas foram acusadas de abusar sexualmente dos alunos da Escola de Educação Infantil Base, localizada no bairro Aclimação, zona sul de São Paulo.

As denúncias foram feitas por pais de alunos e divulgada pelo delegado Edélcio Lemos. As crianças seriam levadas para a casa dos donos do colégio, onde os abusos eram filmados. A partir do momento em que os fatos foram noticiados, como conta Ribeiro (2000), os acusados passaram a viver como monstros, à margem da sociedade.

O inquérito policial terminou sem provas das acusações (RIBEIRO, 2000). Frente a esse novo cenário, os órgãos de imprensa que haviam feito dos envolvidos culpados junto à sociedade, ainda sem a conclusão das investigações, deram início a uma série de retratações. “Mas nem todos os pedidos de desculpa serão

suficientes para reparar os danos morais causados aos seis acusados” (RIBEIRO, 2000, p. 152).

No Código Civil Brasileiro, artigo 20, está regulamentado o direito à imagem. “Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração de justiça ou à manutenção da ordem pública, [...] a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas”.

A advogada e mestre em Direito Processual Penal, Estela Cristina Bonjardim, afirma que “a pessoa meramente suspeita ou acusada da prática de um crime conserva íntegro seu direito de imagem, assim como acontece com os condenados e com aqueles que já cumpriram pena” (BONJARDIM, 2001, p. 33). Segundo Estela Bonjardim, o uso irrestrito da imagem é permitido, apenas, em casos de segurança pública. Nestes, admite-se a “utilização ou divulgação de fotografias ou retratos falados de procurados e não daqueles que estejam sob custódia do Estado” (BONJARDIM, 2001, p. 33).

É frequente assistirmos pela televisão à exibição pela polícia, de pessoas detidas por envolvimento em fatos criminosos, ainda na fase de apuração de autoria, submetidas a verdadeiro julgamento público. Esse procedimento é ilícito, como também não pode a imprensa, a pretexto de informar o público, divulgar imagens de membros da família de pessoas envolvidas em investigação criminal (BONJARDIM, 2001, p. 33).

Ao fazer uso da imagem de acusados, a imprensa rotula-os como culpados frente à opinião pública. E esse pré-julgamento persiste, mesmo que a pessoa exposta antecipadamente seja considerada inocente.

1.1 Tema

Os presidiários e a televisão.

1.2 Problema de pesquisa

Como os presidiários se sentem representados na cobertura jornalística televisiva sobre crimes e violência?

1.3 Justificativa

A idéia de realizar um estudo sobre a relação dos presidiários com a mídia começou há cerca de dois anos, mas se delineou de forma concreta no início de 2009. Motivações acadêmicas e profissionais foram essenciais na escolha do tema desta pesquisa. No segundo semestre de 2007, foi realizada uma reportagem especial sobre a segurança no Itapoã – cidade satélite de Brasília, localizada próxima ao Paranoá – para a disciplina “Técnicas de Entrevista, Apuração e Reportagem”, à época ministrada pelo professor e jornalista Luiz Cláudio Ferreira.

Não há dados recentes da criminalidade na região. Isso porque a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), autorizada a fazer esse tipo de divulgação, não disponibiliza números de registros de ocorrência por cidade. Isso, segundo a assessora de imprensa do órgão ocorre a pedido dos administradores regionais do DF.

Apesar disso, no site da Polícia Civil é possível encontrar um comparativo da criminalidade nos anos 2006 e 2007. Com base no balanço, sofreram um aumento significativo de um ano para outro as tentativas de homicídio (9), os roubos a transporte coletivo (11) e a transeuntes (21). Apesar disso, houve três homicídios a menos de um ano para outro. Pode-se destacar também a diminuição da quantidade de roubos de veículos (12) e de lesões corporais dolosas (58).

De acordo com o delegado da 6ª Delegacia de Polícia (Paranoá), Miguel Lucena, os registros não mostram a realidade da região que, como lembra, só não é maior por conta do medo das pessoas em registrar ocorrências. “Temos um problema muito grande aqui que são ameaças constantes a quem registra ocorrência. Mas, tem uma rua no Itapoã, onde morre pelo menos um por dia”, destacou o chefe da DP.

O trabalho acadêmico realizado naquele ano envolveu uma das entrevistas mais marcantes realizadas durante a fase acadêmica. Isso porque, para a efetivação, foi necessário travar um diálogo face a face com um ex-presidiário.

Durante o contato de pouco mais de uma hora, notou-se grande receio por parte do entrevistado em responder às perguntas. Além disso, foi constante o pedido por parte do ex-presidiário de que seu nome não estivesse explicitado na reportagem. O temor pôde ser percebido, ainda, nos depoimentos em que foram abordadas as dificuldades enfrentadas, tanto no período em que cumpriu pena por

um homicídio, furtos e roubos, quanto após deixar a penitenciária. A percepção de que a convivência em um presídio deixou o entrevistado recluso e temeroso quanto ao que pensam e dizem a respeito dele aguçou a curiosidade em relação às sensações e pensamentos de detentos.

Mas esse é apenas o primeiro olhar da pesquisa, visto que este trabalho não pretende analisar os presidiários de forma isolada, todavia a relação deles com a mídia. Para o segundo aspecto de que trata esse trabalho, foi decisiva a experiência profissional como estagiária do jornal *Correio Braziliense*. Percebe-se que as notícias sobre violência são recorrentes. A linguagem utilizada nelas traz termos como “assaltantes” e “bandidos”, que a muitos pode parecer o tratamento adequado. Repórteres e editores não têm, na correria do dia-a-dia, cuidado algum com o uso de palavras como essas – ou de outras com sentido adjacente. São normais comentários como “Bandido tem mais é que morrer”, “Tem mais é que ficar preso mesmo”, e outras com significados parecidos.

Contudo, após pouco mais de um ano de trabalho na redação de um reconhecido jornal de Brasília, nunca se observa nenhum questionamento sobre o outro lado. E às pessoas retratadas como criminosas, o que essa linguagem sugere?

Esse cuidado no tratamento é percebido, apenas, quando a notícia descreve os atos de jovens infratores, mas não de adultos acusados de cometer crimes. Por esse motivo, esta pesquisa pretende compreender o que se passa do outro lado, longe das redações, longe dos locais de um suposto delito. Onde há reclusão, distanciamento e cumprimento de penalidades.

O jornalismo é uma profissão de papel essencialmente social. Saber como pessoas se sentem ante a forma como são representadas nas matérias diárias dos jornais – não só os detentos, cujas histórias aparecem nos textos que tratam desde um pequeno delito ao mais brutal dos crimes, mas pessoas excluídas da sociedade por algum motivo –, indicaria aos jornalistas se o trabalho por eles desenvolvido tem seguido o rumo adequado. É dever do jornalista ser objetivo e direto, de forma que as colocações não emitam juízo de valor sobre qualquer que seja o assunto abordado.

Dessa forma, esta pesquisa mostra-se determinante, visto que lançará luz sobre algo esquecido e ignorado pelos profissionais da grande mídia: será que os presidiários se sentem bem com a linguagem utilizada na referência a eles? Ou será

que o tratamento destinado se tem revelado um juízo precipitado, uma emissão de opinião, sem representar, necessariamente, a realidade?

Com essas respostas, será possível aos jornalistas, ou confirmar suas posturas, ou repensá-las, de modo a servir de maneira mais adequada à sociedade, na medida em que nenhum segmento dela se sentiria prejudicado pela linguagem colocada.

Dado esse contexto, pode-se dizer que a pesquisa é também relevante à academia, mais especificamente aos estudantes de Jornalismo. A nova geração de profissionais está habituada às práticas implementadas pelos veículos de comunicação. Sendo este o jornalismo com que têm contato e que lhes serve de base, parece-lhes comum o tratamento destinado aos presidiários. Assim, também eles não se preocupam em referir-se de forma diferenciada da que já está em circulação.

Portanto, pode-se afirmar que a proeminência desta pesquisa vai além de iluminar o trabalho dos profissionais que já atuam nas redações de jornais. Ela revelaria, ainda, à nova geração, a caminho do mercado de trabalho, a melhor abordagem a ser utilizada. Dessa forma, todos poderão contribuir para a disseminação da maneira mais adequada de referência.

Logo, ficará sinalizado, ao final deste trabalho, que a forma como os profissionais representam os presidiários respeita essa classe. Ou, ao contrário, esta pesquisa pode, como resultado final, apontar que os detentos se sentem violados com a forma com que são representados. Isso incentivaria uma mudança de postura por parte dos jornalistas.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar a forma como os detentos se sentem representados pela maneira como são retratados no noticiário de televisão.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Tomar conhecimento do consumo que a classe de presidiários faz da programação televisiva;
- Refletir sobre a interação dos presidiários com as notícias;
- Entender o que os motiva na busca de informação.

2 Teorias que circundam o tema

A comunicação é um processo complexo que envolve vários níveis, desde a produção, passando pela transmissão, até a recepção. Para John Thompson, a comunicação de massa é “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação” (1999, p. 288).

O autor avalia que o surgimento de meios técnicos, em especial, a televisão, reestruturou o contexto social. “O desenvolvimento dos meios técnicos separa a interação social do local físico, de tal maneira que as pessoas podem interagir umas com as outras mesmo que elas não partilhem uma situação espaço-temporal comum” (THOMPSON, 1999, p. 298).

Como a possibilidade de resposta via meios técnicos é quase limitada – o receptor não tem acesso direto aos meios de produção –, Thompson diz que o fluxo da comunicação é predominantemente de mão única, o que chamou de quase-interação. (1999, p. 299). No entanto, ele destaca que esse processo não exige retorno constante.

Entre as transformações que o surgimento dos meios técnicos trouxe à sociedade o autor cita as características espaço-temporais. (THOMPSON, p. 199). A possibilidade de comunicação não esbarra mais na localização dos indivíduos envolvidos no processo. Além disso, houve mudanças nas rotinas das pessoas, como forma de se adequar à programação. John Thompson ressalta, ainda, a complexidade na recepção.

As atividades de recepção são práticas sociais complexas que envolvem graus diferenciados de habilidade e atenção, que são acompanhados por graus diferentes de prazer e interesse, e que se entrecruzam de maneiras complexas com outras atividades e interações que têm lugar na região de recepção primária (THOMPSON, 1999, p. 310).

2.1 Os usos e gratificações

As primeiras pesquisas em comunicação social não consideravam o receptor como sujeito agente, detentor de desejos e com opções de escolha. “A ideia inicial da comunicação colocou o receptor como passivo, e colocava a reação aos

estímulos como imediata” (WOLF, 2003, p. 60). A intenção era saber “o que os meios de comunicação fazem às pessoas” (WOLF, 2003, p. 60).

Jorge Pedro Sousa destaca a teoria dos usos e gratificações como responsável por inverter a lógica dos estudos tradicionais (2004, p. 300). Segundo ele, a observação, a partir de então, voltou-se para o indivíduo e para o que eles fazem com os meios de comunicação.

Os usos e gratificações voltam a atenção ao indivíduo, especialmente aos hábitos de consumo mediático. É o que afirma Montero (*apud* SOUSA, 2004, p. 300). De acordo com ele, o que se procura entender são “os usos que as pessoas fazem da comunicação social para satisfazerem necessidades e serem gratificadas através do consumo de mensagens ou da simples exposição a esses meios”.

A teoria está inserida nas análises funcionalistas da mídia. Ao contrário das teorias precedentes, que se interessaram pela manipulação e depois pela persuasão dos meios de comunicação, no funcionalismo se desloca o foco da pesquisa. Nele, a preocupação é com a influência, com as funções. Mauro Wolf (2003, p. 50) destaca que, na teoria funcionalista, há um “abandono da ideia de efeito intencional, [...] para concentrar, por sua vez, a atenção nas consequências objetivamente verificáveis da ação da mídia sobre a sociedade”.

Segundo o autor, “o efeito da comunicação de massa é compreendido como consequência das gratificações às necessidades experimentadas pelo receptor”. (WOLF, 2003, p. 60). Dessa forma, entende-se que o meio de comunicação de massa será eficaz na medida em que se fizer necessário na vida das pessoas.

Para Quail (*apud* WOLF, 2003, p. 60), ainda que o receptor não faça parte do processo de produção da informação transmitida, “ele é participante no processo, pois o sentido do que é transmitido depende do uso que o receptor faz daquilo”.

O termo “usos e gratificações” surgiu em 1974, na obra *“The uses of mass communications. Current perspectives on gratifications research”*, de Blumer e Katz. No entanto, alguns estudos da mídia já seguiam sua linha anteriormente (SOUSA, 2004, p. 302).

Para Wolf (2003, p. 61), o início dessa linha de pesquisa se deu em 1940, quando Walpes, Berelson e Bradshaw realizaram análises sobre a função e os efeitos da leitura. Eles sustentam que o hábito tem “uma influência social que vai sempre ao encontro das questões de determinados grupos sociais” (WOLF, 2003, p. 61).

Jorge Pedro Sousa (2004, p. 300-301) cita o estudo realizado por Herta Herzof, em 1944, sobre o consumo de radionovelas. Ela concluiu que as pessoas usam os meios de comunicação porque têm necessidades a satisfazer e são gratificadas por isso.

Sousa destaca, em seguida, uma análise feita por Berelson, em 1949 (2004, p. 301), na qual o pesquisador teria questionado alguns nova-iorquinos, durante uma greve de jornais, sobre a falta que o meio lhes fazia. A conclusão foi “que as pessoas ficaram algo desorientadas porque usavam os meios para não se sentirem à margem do mundo e para obterem determinadas informações, sendo assim que obtinham compensações pelo consumo dos media” (2004, p. 301).

Wolf cita outro teórico que se ocupou dessa teoria (2003, p. 61). Segundo ele, Lasswell, em 1948, afirmou que a comunicação de massa desenvolve três funções principais: fornece informação e interpretações que as tornem significativas; exprime os valores culturais e simbólicos próprios de cada comunidade social.

De acordo com Jorge Pedro Sousa, a modernização das pesquisas dos usos e gratificações deu-se em 1961, quando Schramm, Lyle e Parker (1961) ocuparam-se do estudo da relação de crianças com a televisão. Concluiu-se que mesmo as crianças são ativas e usam os mídias de forma a sentirem-se gratificadas (SOUSA, 2004, p.301).

Katz-Gurevitch-Haas (apud WOLF, 2003, p. 63) realizaram, em 1973, um estudo em que abordaram questões psicológicas e sociais da comunicação de massa. De acordo com Wolf, cinco necessidades dos receptores a serem satisfeitas, provocadas por suas situações sociais, foram apontadas como influenciadoras do consumo dos media. Segundo o estudo, a situação social:

1. produz tensões e conflitos, cuja atenuação é alcançada mediante o consumo dos meios de comunicação de massa.
2. cria a consciência de determinados problemas que requerem atenção, e a informação sobre eles pode ser buscada na mídia.
3. oferece poucas oportunidades reais de satisfazer certas necessidades, que se tenta suprir de modo vicário com a mídia.
4. faz surgir determinados valores, cuja afirmação e reforço são facilitados pelo consumo da comunicação de massa.
5. fornece e determina expectativas de familiaridade com determinadas mensagens, que devem, portanto, ser usufruídas para sustentar a dependência de grupos sociais de referência (Katz-Blumer-Gurevitch apud WOLF, 2003 p. 63).

2.2 O agendamento

Os assuntos em destaque nos meios de comunicação de massa influenciam, diretamente, os temas discutidos entre os receptores. Isso é o que afirma a teoria do agendamento, também conhecida como *agenda-setting*. “A teoria do agenda-setting destaca que os meios de comunicação têm a capacidade (não intencional nem exclusiva) de agendar temas que são objeto de debate público em cada momento” (SOUSA, 2004, p. 293).

De acordo com Sousa (2004, p. 293), a hipótese surgiu com estudos realizados em 1972 por McCombs e Shaw, sobre a campanha eleitoral norte-americana de 1968. Anterior ao *agenda-setting*, as teorias funcionalistas da comunicação defendiam uma influência direta dos meios de comunicação sobre as pessoas (SOUSA, 2004, p. 294). Com agendamento, “conquistou-se a consciência de que as comunicações não intervêm diretamente no comportamento explícito; de preferência, tendem a influenciar o modo como o destinatário organiza a própria imagem do ambiente” (ROBERTS, apud WOLF 2003, p. 138).

Apesar de direta, pesquisas apontam, afirma Cohen (apud WOLF, 2003, p. 144) que a influência dos mídias diz respeito à aquisição de conhecimento e não a mudanças de atitude.

A imprensa pode não conseguir, na maior parte do tempo, dizer às pessoas o que pensar, por outro lado ela se encontra surpreendentemente em condições de dizer aos próprios leitores sobre quais temas pensar alguma coisa. A hipótese da *agenda-setting* não sustenta que a mídia tenta persuadir. [...] a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião e discutir. A asserção fundamental da *agenda-setting* é que a compreensão das pessoas em relação a grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa (WOLF, 2003, p. 143).

Em relação à manutenção de temas na agenda pública, realça-se o contato interpessoal. Sousa salientou (2004, p. 294), ainda, que a relevância, ou não, dada a determinados temas reflete diretamente na atenção que o pública voltará ao debate.

Além disso, o agendamento, segundo Wolf, (2003, p. 143), refere-se, não apenas, à cobertura de acontecimentos e divulgação pelos meios de comunicação de massa, mas também à decisão de não noticiar determinado fato. “As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo” (WOLF, 2003, p. 143).

Há debates não conclusivos, segundo Sousa, acerca de em qual mídia o agendamento tem mais eficácia (2004, p. 295). No entanto, estudos afirmam que a televisão perde para a o jornal impresso.

Segundo um estudo de McClure e Paterson (ref. Rodrigues dos Santos, 1992), a imprensa é mais suscetível de produzir efeitos ao nível do estabelecimento do temário público do que a televisão, já que, enquanto os jornais (pelo menos os de qualidade) fornecem uma visão sólida e aprofundada dos assuntos, a televisão dá informações demasiado breves e heterogêneas. José Rodrigues dos Santos (1992) argumenta, contudo, que a representação do real (as imagens) tornou-se mais importante do que o próprio real (SOUSA, 2004, p. 295).

Para Wolf, (2003, p. 149) o que dificulta o agendamento pela televisão são as características do meio. “As notícias televisivas são muito breves, velozes, heterogêneas e ‘amarradas’ num formato temporal limitado, ou seja, são muito fragmentarias para ter um efeito significativo de agenda”.

Sousa destaca dois fatores que podem contribuir, apesar de não serem garantia, para o sucesso do *agenda-setting* (2004, p. 296). Segundo o autor, quanto mais pessoas tiverem contato com o assunto abordado pelos mídia, mais chance o tema possui de passar para a agenda pública (acumulação). O mesmo ocorre quando diferentes meios tratam do mesmo assunto (consonância).

Para McCombs (apud SOUSA, 2004, p. 295), um dos problemas da teoria do *agenda-setting* é que ela não prevê a dependência da agenda pública sobre o público. “O *agenda-setting* depende, principalmente, da necessidade que uma pessoa tem de obter informações sobre um assunto, o que a motiva para o consumo dessas informações” (SOUSA, 2001, p. 295). Além disso, Zucker (apud SOUSA, 2004, p. 296) destacou, ainda, que o debate é mais eficientemente agendado quanto menor o grau de conhecimento do receptor sobre os assuntos agendados.

Os meios de comunicação têm êxito em dizer às pessoas sobre o que pensar e como pensar. A influência dos media jornalísticos, no entanto, depende das pessoas e do contexto de recepção sendo maior sobre as pessoas que menos dominam os assuntos, pouca experiência direta têm dos mesmos e mais necessitam de informações (SOUSA, 2004, p.297).

Neuman, Just e Crigler criticam um outro aspecto do *agenda-setting* (apud SOUSA, 2004, p. 296). Para os estudiosos, os temas agendados não são aqueles que interessam as pessoas. “Os meios centrariam a sua atenção sobre as peculiaridades do dia a dia, especialmente sobre atividades públicas, enquanto as

“pessoas estão, de fato, interessadas ou nos grandes temas, ou nos temas que lhes interessam diretamente” (SOUSA, p. 296).

3 Metodologia

A decisão de ouvir presidiários, de forma a analisar a representação deles pela mídia, apontou a necessidade de buscar-se um método que permitisse interpretar a realidade dos internos. O fator a ser decifrado seria explicitado, não só por relatos verbais, ao longo das entrevistas realizadas, mas inclusive, pelas percepções possíveis por gestos, maneiras de se colocar, assim como do ambiente, de forma geral.

Dessa forma, a opção foi pela hermenêutica, teoria filosófica que se ocupa, não apenas da interpretação de textos, como também da compreensão de sentidos. Richard E. Palmer a define (1969, p. 21) como um estudo da compreensão, uma atividade próxima do homem. “Apela para a experiência pessoal de quem está no mundo”.

O autor explica (1969, p. 23) que a raiz da palavra hermenêutica reside no verbo grego *hermeneuein* – traduzido como interpretar – e no substantivo *hermeneia* – expresso com sentido de interpretação. Palmer destaca, ainda, que os vocábulos gregos remetem ao deus Hermes, a quem era atribuída a descoberta da fala e da escrita. Essas são, segundo o autor, “as ferramentas que a compreensão humana utiliza para chegar aos significados das coisas” (PALMER, 1969, p. 24).

Fernando Bastos (*apud* DUARTE, 2008, p. 316) aborda o paradigma filosófico como uma desconstrução que, ao interrogar ou reinterpretar, reelabora historicamente os sentidos e os significados da compreensão humana. De acordo com Bastos, a hermenêutica consiste numa tradução da realidade.

O autor cita a definição de círculo hermenêutico segundo Heidegger (*apud* BASTOS in DUARTE, 2008, p. 317). “O homem está sempre lançado no interior de um projeto, no qual se dão os entes, manifestos e percebidos através de sentidos” (HEIDEGGER *apud* BASTOS in DUARTE 2008, p. 317). O círculo hermenêutico seria a junção do momento intuitivo ao da comparação. Dito de outro modo, a compreensão é determinante para toda interpretação.

Dessa forma, a interpretação seria a efetivação da compreensão de cada um de nós. Assim, de acordo com Bastos (*apud* DUARTE, 2008, p. 318), ela é fundamental à comunicação. Ele ressalta:

É da inserção das compreensões de cada um de nós que se dá [...] a possibilidade de uma sociedade enquanto comunidade de sentido, na qual se opera a comunicação dialógica e o consenso criticamente comunitário. [...] Poderíamos assim considerar a razão hermenêutica como a razão intermediadora e intersubjetiva da interpretação do sentido, sentido humano, que possibilita pela linguagem a comunicação dialógica do ser no mundo. (BASTOS in DUARTE, 2008, p. 318).

Para Heidegger (*apud* GADAMER, 1997, p. 355), a tarefa primordial da interpretação é não permitir que “a posição prévia, a visão prévia e a concepção prévia lhe sejam impostas por instituições ou noções populares”. Ela procuraria, então, descobrir o que estaria escondido pela tradição. Para isso, deve-se destruir a tradição (por tradição entendam-se os preconceitos).

A destruição hermenêutica, portanto, tem o papel de subverter as explicações tradicionais e seus conceitos inquestionados. A intenção não é destruir de fato, mas revelar as possibilidades ainda não percebidas. Segundo John Thompson (1999, p. 357), toda ação humana – falas, textos, gestos – pode ser entendida como construção significativa, que, por si só, exige uma interpretação.

A metodologia que se adequa a esta monografia, Thompson chamou hermenêutica de profundidade (HP). “Este referencial coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação”. (THOMPSON, 1999, p. 355)

O referencial metodológico, frisa John Thompson, não substitui os métodos de análise existentes.

Ao lidarmos com um campo que é constituído tanto pela força como pelo significado, [...] é tanto possível como desejável mediar o processo de interpretação pelo emprego de técnicas explanatórias e objetivantes. Por isso, “explanação” e “interpretação” não devem ser vistas, como o são muitas vezes, como termos mutuamente exclusivos ou radicalmente antitéticos; antes, podem ser tratados como momentos complementares dentro de uma teoria compreensiva interpretativa, como passos que se apóiam mutuamente ao longo de um “único arco hermenêutico” (THOMPSON, 1999, p. 362).

Assim, na percepção do autor, a HP é ampla e compreende três fases principais: análise sócio-histórica, análise discursiva e interpretação/ re-interpretação (THOMPSON, 1999, p. 365).

A primeira delas, análise sócio-histórica, visa entender o contexto social e histórico em que são produzidas e reproduzidas as formas simbólicas (THOMPSON, 1999, p. 366). Nesta etapa são colocados pelo estudioso quatro aspectos a serem

levantados: as situações espaço-temporais e os locais de produção e recepção; as instituições sociais que regem o contexto social; e os meios pelos quais as mensagens são transmitidas (THOMPSON, 1999, p 366 a p. 368). Isso auxiliaria na compreensão do que o autor descreveu “como a contextualização social das formas simbólicas” (1999, p. 369).

Na análise discursiva – apontada por Thompson como a segunda fase da hermenêutica de profundidade – a busca é pela estrutura da construção. “Formas simbólicas são produtos contextualizados e algo mais, pois elas são produtos que, em virtude de suas características estruturais, têm capacidade, e têm por objetivo, dizer alguma coisa sobre algo” (1999, p. 369).

Assim como na análise sócio-histórica, há alguns aspectos que contribuem para a apreciação discursiva. O autor ressalta como mais conhecida a análise semiótica (1999, p. 370), em que se estuda a relação dos signos com o contexto ao qual pertencem. Thompson cita ainda as análises (1999): discursiva, que avalia a estrutura e sua relação com o discurso; de conversação, que realça algumas características da interação linguística; sintática, por meio da qual se pretende entender a sintaxe usada no cotidiano; de estruturas narrativas; e argumentativa, que pretende explicitar as interferências presentes nos discursos.

Como terceira fase da HP John Thompson traz a interpretação/ re- interpretação. Segundo ele, as análises utilizadas até aqui contribuem para o processo interpretativo, mas este vai além (1999, p. 375).

A interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção, criativa de possíveis significados. Por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito (Thompson, 1999, p. 375).

O autor destaca, no entanto, que interpretar a realidade, consiste em uma re- interpretação. “Pois as formas simbólicas que são o objeto de interpretação são parte de um campo pré-interpretado, elas já são interpretadas pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico” (THOMPSON, 1999, p. 376).

Visto que a intenção neste trabalho é interpretar uma realidade já constituída, será feita, a seguir, uma analogia à ideia de hermenêutica da profundidade, apresentada por John Thompson (1999). Dessa forma, será apresentado um

contexto sócio-histórico do sistema prisional, correspondente à primeira fase da HP. Para a construção dessa situação, utilizou-se de pesquisas bibliográficas e documentais.

O segundo passo descrito pelo autor – análise discursiva – virá na forma de entrevistas semiabertas, realizadas com os detentos da Penitenciária do Distrito Federal I.

Com base no contexto sócio-histórico, e nas conversas, traçar-se-á uma análise formal da relação com o detento e a mídia. É o que Thompson chamou de interpretação/ re-interpretação.

3.1 Sistema Prisional

“A forma prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos”. É o que afirma o filósofo Michel Foucault (2000, p. 195). Segundo ele, o início dos mecanismos de coerção como se conhece atualmente se deu entre os séculos XVII e XIX.

Na passagem dos dois séculos, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade que é exercida da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igualmente representado; mas ao fazer da detenção a pena por excelência, ela introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder. Uma justiça que se diz “igual”, um aparelho judiciário que se pretende “autônomo”, mas que é investido pela assimetria das sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, “pena das sociedades civilizadas” (FOUCAULT, 2000, p. 195).

Foucault ressalta a privação de liberdade como uma característica eminente das prisões. O filósofo diz que a perda de liberdade “permite quantificar exatamente a pena segundo a variável do tempo” (FOUCAULT, 2000, p. 196). Mas as prisões, segundo o autor, estão fundamentadas, ainda, na transformação do indivíduo dito criminoso. “A prisão: um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria” (FOUCAULT, 2000, p. 196).

Michel Foucault afirma que, desde o início, os sistemas penitenciários tinham em si os dois lados: a privação de liberdade e a função de correção. Um não veio

primeiro que o outro. “A prisão não foi, primeiro, uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma ‘detenção legal’ encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal” (FOULCAULT, 2000, p. 197).

3.3.1 A evolução do Código Penal Brasileiro

Durante o período colonial, as leis brasileiras eram baseadas no sistema da metrópole. É o que afirma a professora de Direito Penal do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e mestre em Direito Eneida Taquary (2008). Segundo ela, durante a época de colônia, as leis que vigoraram faziam parte do Livro V das Ordenações Filipinas. Isso porque Portugal não tinha um código definido. As normas faziam parte de “uma coletânea de leis que eram distribuídas em livros e cujo conteúdo versava sobre os vários ramos do Direito”. Eram as chamadas Ordenações do Reino.

Após a independência, foi outorgada a Constituição de 1824, que estabelecia a elaboração de um código criminal, instituído em 1830, e de um código civil criado posteriormente, em 1916, segundo Taquary. “Essa foi a primeira sistematização de legislação penal no Brasil e sua estrutura perpetuou-se até o código penal vigente” (TAQUARY, 2008).

O Código do Império sofreu diversas alterações durante os quase 60 anos em que vigorou. Uma das mais significativas foi a abolição da pena de morte, em 1859. A decisão, destaca Taquary (2008), foi motivada pela errônea condenação à morte do fazendeiro Manuel da Mota Coqueiro – mais tarde se viria a descobrir o verdadeiro culpado por mandar matar uma família de colonos que viviam em suas terras, crime pelo qual Coqueiro era acusado.

No entanto, com a emancipação dos escravos, em 1888, surgiu a necessidade de uma reformulação mais aprofundada. Dois anos mais tarde, em 1890, a legislação vigente foi substituída pelo Código Criminal da República. De acordo com Jose Henrique Pierangeli (2001, p. 76), a nova legislação recebeu inúmeras críticas.

Em face do tempo que vigorou e em razão de seus reconhecidos defeitos, numerosas leis penais extravagantes foram editadas, no sentido de suprir as suas falhas e cobrir as suas lacunas. Com tal número de leis penais

especiais, complementares ao Código, a consulta à legislação tornou-se tarefa extremamente árdua, mesmo para os profissionais do direito (PIERANGELI, 2001, p.76).

Getúlio Vargas outorgou uma nova Carta Constitucional em 1937, como destaca Pierangeli. Segundo o autor, isso exigiu a criação de um novo Código Penal, decretado em 1940.

Durante o governo de Jânio Quadros começou-se a pensar em mais uma reforma judiciária, que viria a se concretizar com o Código Penal, promulgado em 21 de outubro de 1969, já durante o Governo Militar (PIERANGELI, 2001, p. 82). No entanto, como afirma o autor, o Código de 1969 nunca teve efetiva vigência no nosso país. “Continuava, por conseguinte, o Código Penal de 1940 em plena vigência, embora houvesse sofrido ligeiríssimas modificações que, em nenhum momento, chegaram a mexer com a sua estrutura”. Por esse motivo, em 1978, o Código de 1969 foi revogado.

Em 1984, foram publicadas modificações ao Código de 1940. Essas, segundo José Henrique Pierangeli, deram-se por uma necessidade temporal. “A reforma penal, presentemente, como em outras épocas, decorreu de uma exigência histórica. Transformando-se a sociedade, mudam-se certas regras de comportamento” (2001, p. 85). Dentre as modificações significativas, o autor cita:

[...] nenhuma pena terá um período rígido de segregação social. Os limites da sentença condenatória passam a ser limites máximos, não mais limites certos. Elaborou-se um rol de penas que vão desde a multa e a simples restrição de certos direitos até a privação da liberdade em regime fechado. Estabeleceu-se a escala de aplicação dessas penas, reservando-se as não privativas da liberdade para as infrações de menor importância, as privativas de liberdade para os crimes mais graves e para os delinquentes perigosos ou que não se adaptem, por rebeldia, às outras modalidades de pena (2001, p. 86).

O juiz Federal do Maranhão, mestre e doutor em Direito Penal Roberto Carvalho Veloso, ressalta que, em 1995, uma nova lei (Lei 9.099/95) revolucionou o sistema penal. “Seu surgimento implicou a possibilidade de se pôr fim aos processos judiciais, sem a necessidade de um procedimento moroso e penoso, com a dispensa

da oitiva desmesurada¹ de testemunhas e da reiteração da prática de atos repetitivos” (VELOSO, 2002).

O especialista destaca que a nova Lei fez surgir o “consenso como solução para os conflitos penais”. O jurista frisa as medidas inovadoras da Lei 9.099/95, a que ele chama de despenalizadoras:

a) nas infrações de menor potencial ofensivo, cuja ação requer iniciativa privada ou pública condicionada à representação, havendo composição civil, resulta extinta a punibilidade (art. 74, parágrafo único); b) não havendo composição civil ou tratando-se de ação pública incondicionada, pode ocorrer a aplicação imediata de pena alternativa restritiva de direitos ou de multa (transação penal, art. 76); c) as lesões corporais culposas ou leves passaram a exigir representação da vítima (art. 88); d) os crimes cuja pena mínima não seja superior a um ano permitem a suspensão condicional do processo (art. 89) (VELOSO, 2002).

3.1.2 Estrutura do Sistema Penitenciário

De acordo com dados de setembro de 2008 do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), há no país 1.134 estabelecimentos penais. São eles 342 penitenciárias, 181 presídios, 479 cadeias públicas, 47 casas do albergado², 38 colônias agrícolas, industriais ou similares³, 32 hospitais de custódia e tratamento, 10 centros de observação, 3 patronatos⁴ e 2 penitenciárias federais.

O Plano Diretor do Sistema Penitenciário (PDSP) do Ministério da Justiça, em uma parceria do Depen com os Estados brasileiros, deu início, em abril de 2009, a uma série de diagnósticos da situação carcerária em cada uma das regiões do país. O relatório do DF aponta as características do Sistema Penitenciário da região, cujo gerenciamento é realizado pela Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejus), desde 2007.

Os dados mostram que o DF conta com seis estabelecimentos penais diferenciados pelo tipo de regime aplicado. São eles: Penitenciária do Distrito Federal I (presos em regime fechado); Penitenciária do Distrito Federal II (presos em regime fechado e em semiaberto, além de detentos que não podem conviver com

¹ O policial civil Marcos Sloniak explica que, antes da Lei 9.099, eram ouvidas uma quantidade indeterminada de testemunhas. A partir da legislação, fica limitada em três a quantidade de testemunhas em julgamentos.

² Como explica o policial civil Marcos Sloniak, casa do albergado é o estabelecimento penal destinado a presos em regime aberto, que serve de dormitório para eles.

³ Estabelecimentos destinados a internos em regime semi-abertos com direito as trabalhar na terra. Geralmente, explica Sloniak, a produção abastece o presídio com produtos de hortifrutí.

⁴ Locais em que se abrigam ex-presos, que não encontram emprego e não têm onde morar, explica o policial civil

outros, que permanecem isolados, em situação denominada seguro); Centro de Internamento e Reeducação (presos condenados em regime semiaberto); Centro de Detenção Provisória (presos provisórios e em regime semiaberto) – ambos localizados no Complexo Penitenciário da Papuda, próximo à São Sebastião –; Penitenciária Feminina do Distrito Federal (mulheres presas provisoriamente, condenadas a regimes fechados e semiabertos; há, ainda, homens custodiados); Centro de Progressão Penitenciária (destinado a presos em regime semiaberto, com direito a saída temporária e trabalho externo), no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).

No mesmo relatório explica-se a sistemática de visitas nos presídios do Distrito Federal. A entrada de parentes e amigos cadastrados – cada presidiário pode inscrever 10 pessoas, sendo permitida a entrada de quatro por dia de visita – ocorre às quartas e às quintas-feiras – um ou outro dia –, das 9h às 15h30. Em todas as unidades carcerárias do DF há parlatórios destinados às visitas íntimas. Elas ocorrem nos mesmos dias da entrada social e são permitidas após comprovada a situação de companheira, namorada ou esposa.

Além disso, nas instituições penitenciárias do Distrito Federal, os internos têm direito ao banho de sol diário, como explica o policial civil em função na assessoria de segurança da PDF I há oito anos, Marcos Sloniak. “Os presos normais, que não são do seguro, saem um dia de manhã, das 8h às 11h, para o pátio, e no outro dia à tarde, das 13h às 15h30. Isso sem contar um dia da semana em que recebem visita, quando ficam o dia todo no pátio”.

O custo atual de manutenção de um preso é R\$ 1.400 por mês. O levantamento do Plano Diretor aponta, ainda, o valor empregado na produção de novas vagas em presídios.

Atualmente, para a construção de um módulo completo, com capacidade para 448 vagas (padrão PDF e PDF II) a média é de R\$ 11.000,00 por cada vaga gerada. Tal levantamento é obtido não sendo levado em consideração outras dependências, tais como prédio de administração e portão principal/ revista. Apenas é considerado a construção do bloco em si. O valor da produção de uma vaga se eleva para R\$ 26.700,00 quando computadas as construções de bloco administrativo, urbanização, bloco do portão principal para recepção e revista (2009).

3.1.3 Direitos humanos dos presidiários

As instituições penitenciárias locais contam com 6.573 vagas. Apesar disso, a população carcerária do DF, até agosto de 2009, segundo levantamento do Depen, era de 8.132. Os dados permitem concluir que o Sistema Penitenciário do DF está superlotado, tendo ultrapassado em 1.559 detentos o máximo permitido. Semanalmente, a situação é agravada ainda mais. Segundo o policial Sloniak, todas as segundas e sextas-feiras chegam novos internos aos presídios. “Mas a velocidade de progressão não corresponde à de condenações, o que torna a situação cada dia mais complicada”, destaca.

Com base nesses dados, nota-se que os presos, além de serem privados da liberdade – e de outros aspectos do convívio social que se restringem ou extinguem por conta do encarceramento –, são colocados em situações desumanas. A superlotação, além de diminuir a qualidade de vida nos ambientes prisionais, dificulta a convivência entre os detentos.

De acordo com Cesare Beccaria (apud LIMA, 2008, p.14), as finalidades da pena não são apenas a punição e a retirada do convívio social. O autor destaca que a ressocialização tem mais poder de transformação. Outros autores concordam com Beccaria:

Na realidade, o aspecto mais importante de uma prisão é sua dimensão humana, uma vez que as prisões são instituições essencialmente voltadas para pessoas (COYLE apud LIMA, 2008, p. 18).

Em 1984, foi criada a Lei de Execuções Penais (LEP), nº 7.210. A intenção é buscar uma integração social do preso, via ressocialização, por meio de medidas que regenerem os presos, com respeito aos direitos e à dignidade humanos (LIMA, 2008, p. 31).

No artigo 59 do Código Penal Brasileiro também estão delineadas premissas de proteção aos encarcerados. “O juiz deve atender à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, objetivando sempre estabelecer uma pena que condiga com a situação” (LIMA, 2008, p. 13). O inciso XLVII, artigo 5º da Constituição Federal proíbe a imposição de penas de morte, de caráter perpétuo, trabalho forçado, banimentos e penas cruéis.

O respeito à integridade física e moral dos condenados está garantida no artigo 40 da LEP. Segundo a legislação, assegurada ao preso a manutenção de seus

direitos, com exceção daqueles perdidos com a privação da liberdade (LIMA, 2008, p. 20). No artigo 88 fica estabelecido que o detento tem direito de ser alojado em cela com ambiente adequado à existência humana, com no mínimo 6 m² (LIMA, 2008, p. 26). O artigo 41 da Lei estabelece outros direitos dos presos:

Art. 41 - Constituem direitos do preso:
I - alimentação suficiente e vestuário;
II - atribuição de trabalho e sua remuneração;
III - Previdência Social;
IV - constituição de pecúlio;
V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;
X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
XI - chamamento nominal;
XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;
XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;
XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes;
XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente (LIMA, 2008, p. 32).

O cumprimento da Lei de Execuções Penais, de acordo com o policial civil Marcos Sloniak, também formado em Direito, é de responsabilidade do Estado. “O único acesso do preso é com policiais e técnicos penitenciários, é a eles que essa lei se dirige em relação ao tratamento dado aos presos, assim como ao governo que deve garantir a integridade física e moral dos internos”. Infelizmente, segundo o policial, as premissas da LEP não são respeitadas em sua totalidade.

3.2 Coleta de dados

Para a realização desta pesquisa, foi necessário realizar entrevistas com presidiários da Penitenciária do Distrito Federal. O que se segue é a descrição, passo a passo, das conversas, decisões estratégicas e da metodologia adotada para conseguir um resultado positivo.

Autorização

Assim que o tema desta monografia foi definido, em meados de março de 2009, surgiu a preocupação com a possibilidade de contato com os presidiários, já que se optou por entrevistar os internos. Dessa forma, foi feito contato, primeiramente, com a Secretaria de Segurança Pública. Lá houve a orientação de buscar a Vara de Execuções Penais (VEP) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Por telefone, informou-se que uma carta de solicitação com descrição da pesquisa, bem como a quantidade de presos a serem entrevistados deveria ser entregue na VEP, junto com uma autorização da universidade. Em 20 de março a documentação solicitada foi apresentada no Protocolo do órgão (anexo 2).

A princípio, funcionários da Vara de Execuções Penais informaram que a avaliação do pedido demoraria 15 dias. No entanto, o processo foi finalizado apenas no dia 13 de abril de 2009, quando foi emitido o ofício nº 2.517/ VEP (anexo 3). No documento, o diretor substituto da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), Antônio Fernando Benedito, autoriza a entrada da estudante e acesso aos presos da Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I) ou do Centro de Detenção Provisória (CDP). Como na última os internos não têm acesso a televisores, foi escolhida para a pesquisa a PDF I.

Diário de bordo 1

Como o primeiro semestre de 2009 estava no meio, era necessário, antes de dar início às entrevistas, terminar o projeto de pesquisa. Dessa forma, optou-se por adiar o contato com o presídio para o dia 2 de julho, quando ocorreu a primeira conversa.

Na autorização, consta que o agendamento de visitas deve ser feito através da Sesipe. Lá, eles passaram o número da diretoria da penitenciária. A conversa daquele dia foi com o vice-diretor, André Luiz Marcondes Varella.

A preocupação com esses primeiros questionamentos era perceber se o objeto da pesquisa podia ser tratado nesse ambiente. Foi, portanto, uma entrevista de sondagem. Vale ressaltar que ela não foi gravada.

Durante os cerca de 13 minutos de conversa – começou às 9h15 –, Varella informou que não são permitidos jornais e revistas na cadeia. O único acesso à leitura verificado aos internos é a biblioteca do presídio, onde os presos podem

pegar livros. Além disso, também não há aparelhos de som. O único contato com o mundo externo, além das visitas dos familiares, ocorre por meio de televisores.

O diretor destacou que as televisões ficam nas celas, mas são uma concessão do presídio por bom comportamento. Além disso, não há restrição quanto à programação.

Ao final da conversa, André Varella se colocou à disposição para auxiliar o trabalho. Um contato futuro seria realizado para agendar uma visita.

Diário de bordo 2

A primeira ida à Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I) ocorreu na segunda-feira, dia 10 de agosto de 2009.

Em todas as visitas realizadas ao presídio, foi obedecida à mesma sistemática. Logo na chegada ao Complexo Penitenciário, era apresentada a autorização da Vara de Execuções Penais no posto da Polícia Militar, junto com o documento de identidade. Lá também, os policiais anotavam a placa do carro e só então permitiam a passagem.

A rua à direita do posto termina na PDF I – último prédio, localizado em frente a um estacionamento. Do lado de fora do bloco há bancos de concreto, enfileirados. Passando por uma porta, chega-se à guarita, onde o mesmo documento entregue no posto da PM era apresentado. Lá, os policiais preenchiam o livro de controle de entradas e ficavam com o R.G. até a saída.

O acesso à área em que estão localizados os quatro blocos do presídio, bem como o prédio da administração, se dá após a passagem pelo detector de metais, ao lado da portaria, e em seguida por três portas – uma de ferro e outras duas gradeadas. O bloco da administração fica à esquerda de quem passa pela última porta. A sala da Assessoria de Segurança fica neste bloco, um pouco além do centro do primeiro corredor à esquerda.

Primeiro contato pessoal

A intenção, neste primeiro contato, era conhecer o local, explicar pessoalmente os objetivos da pesquisa, bem como tomar conhecimento das dificuldades de acesso aos internos. Esse encontro inicial serviu, ainda, para calcular o tempo de deslocamento, de forma a adequar os horários da estudante com aqueles em que é permitida a entrada no presídio.

O assessor de segurança do presídio, Florisvaldo Oliveira da Silva, foi o fornecedor das informações passadas aquele dia. Isso, devido a um recesso em que se encontrava, naquela semana, o vice-diretor, André Luiz Marcondes Varella, que se colocou à disposição para auxiliar esse trabalho.

Alguns dados gerais como quantidade de detentos, lógica dos blocos, número de celas, bem como o de presos em cada uma foram confirmados durante a conversa de cerca de 35 minutos – ocorreu entre 14h30 e 15h05. Ao final, ficou acertado que um outro contato seria feito por telefone para combinar a próxima visita e aprovar a quantidade de presos a serem entrevistados – bem como analisar a viabilidade deste número.

Durante a conversa, o gravador travou e não registrou o que o Florisvaldo da Silva explicava. Sendo assim, segue relato da entrevista.

Até aquela segunda, dia 10 de agosto de 2009, havia no presídio 2.060 internos. No entanto, Florisvaldo explicou que todas as terças e sextas-feiras chegam novos detentos. No dia seguinte à entrevista – terça-feira, dia 11 de agosto –, esse número aumentaria em 36, totalizando 2.096 presos.

Ao todo, o PDF I possui 288 celas, dispostas em quatro blocos (D, E, F e G). No bloco F ficam os detentos que apresentam maior risco à segurança do presídio, dos outros presos, ou ainda aqueles que estão sob determinação judicial. São sete alas. As 20 celas da ala disciplinar, e as 10 da prisão de segurança máxima, ambas localizadas no bloco F do complexo, onde há 1 preso por aposento, são as únicas do presídio em que não são permitidas televisões. Além dessas, há a parte em que ficam aqueles que estão sob determinação judicial (1 preso em cada uma das 10 celas). As "lideranças negativas" no sistema, caracterizadas por Florisvaldo como integrantes de gangues ou corporações criminosas, ficam nas alas C e D (contêm três internos em cada um dos 40 aposentos que elas somam). Já as alas E e F são destinadas àqueles que cometeram crimes contra o costume (F) ou integridade física (E). Lá, são cinco pessoas por cela – somam 40. Ao todo, neste bloco há 360 internos.

Os outros três blocos possuem 56 aposentos cada – o E só funcionava com a metade da capacidade – o que leva a um total de 140 celas ativadas. Em cada uma, há cerca de 14 detentos. O assessor de segurança disse não saber precisar a quantidade exata de presos em cada uma por conta da rotatividade do presídio. Contudo, alegou que o número máximo não passa disso.

Como é permitida apenas uma televisão por cela, conclui-se que, do total de 260, em 30 não se pode ter aparelho televisivo. Nos demais aposentos há televisores, o que aponta um total de 230 televisões em todo o presídio. Vale ressaltar que os canais acessados são apenas da TV aberta – não há acesso à TV por assinatura.

Porém, a concessão é suspensa temporariamente caso os detentos cometam alguma irregularidade, como danificação da cela, desentendimentos entre eles, etc. A proibição de acesso pode variar de 1 a 30 dias, dependendo da infração cometida. No dia da primeira visita, os 100 detentos da ala E do bloco F estavam sem direito às televisões, por tempo ainda indeterminado. Florisvaldo da Silva explicou que a medida foi tomada por conta de “um grupo que estava ameaçando uma minoria”.

Devido à rotatividade do presídio, à quantidade variável de presos por cela e à possibilidade de suspensão do direito ao aparelho, pode-se concluir, ainda, que a audiência na PDF I é variável. Portanto, não há como definir com precisão quantos internos têm acesso a televisores.

Não há determinação nem limitação de horário para os aparelhos ficarem ligados. De acordo com da Silva, os detentos podem assistir ao que quiserem no horário de preferência, desde que entrem em consenso entre eles e não atrapalhem a ordem – nem o silêncio, durante a madrugada.

Além desses dados quantitativos, confirmados nessa visita, o assessor destacou o interesse dos internos por noticiários. Segundo ele, os presos gostam de saber o que acontece do lado de fora do presídio, bem como acompanhar o que os comparsas, em liberdade, têm feito.

Depois de explicar a sistemática do presídio, Florisvaldo da Silva, disponibilizou quatro tabelas em que o total de presos está repartido de acordo com classificações. Nelas, a população carcerária aparece dividida por: faixa etária, tipo de crime, grau de instrução e tempo de condenação (anexo 3).

Amostras

Quantidade de entrevistados

Após a primeira visita, tomou-se por base, para a escolha dos entrevistados, a tabela de faixa etária – aspecto que, imaginou-se, influenciaria mais na relação dos detentos com a televisão. Devido à rotatividade do presídio e à dificuldade de

acesso aos presos – Florisvaldo da Silva vetou quando a estudante disse que pretendia entrevistar cerca de 50 internos – optou-se por delinear a quantidade de entrevistados por conveniência, utilizando cortes proporcionais.

Até o dia 10 de agosto, quando a tabela foi entregue, havia 2.060 internos. Desses, 610 tinham entre 18 e 24 anos – corresponde a aproximadamente 29,61% do total –, outros 665 (32,28%) estavam na faixa etária de 25 a 29 anos. Havia, ainda, 717 (34,8%), de 30 a 45 anos, e 67 (3,15%), de 46 a 60 anos. Além disso, três internos tinham mais de 60 anos e de um a idade não havia sido informada.

Com base nesses números, verificou-se que, seguindo a proporcionalidade, deveriam ser entrevistados um total de 31 internos: nove do primeiro grupo, 10 do segundo, 11 do terceiro e 1 do último. No entanto, a quantidade ainda era elevada, e portanto, inviável.

Dessa forma, optou-se por descartar o grupo de 46 a 60 anos, que representam pouco mais de 3% visto que a quantidade, se comparada com a das outras faixas etárias, é mínima. O mesmo foi feito com os três detentos maiores de 60 anos.

Delimitados os três grupos, decidiu-se entrevistar três internos de 30 a 45, que são 34,8% do total, e três de 25 a 29 – representam 32,28%. Além disso, do grupo com faixa etária de 18 a 24 anos, 29,61%, a opção foi por conversar com dois.

Foram determinados oito entrevistados, divididos por faixa etária, com quantidades de presos de cada grupo selecionada por cortes proporcionais. No entanto, o processo contou com doze entrevistas com presidiários. Isso porque, ao longo da pesquisa, notou-se a necessidade de completar as quatro primeiras conversas realizadas.

Tabelas

Durante o mês que se passou entre o primeiro contato por telefone com o vice-diretor da PDF I, André Varella, e a primeira visita, realizada no dia 10 de agosto, quando foram colhidos dados preliminares, definiu-se os instrumentos a serem utilizados nas entrevistas.

A primeira estratégia pensada foram tabelas com a grade completa das emissoras abertas. A intenção, com elas, é saber quais são os programas vistos pelos internos, sem correr o risco de que os entrevistados não lembrassem os

nomes no momento da entrevista – com a menção do nome do programa, fica mais fácil a lembrança.

Definido o uso das tabelas, decidiu-se separar em outra os telejornais. Assim, optou-se por montar dois tipos de tabela – uma só com os programas jornalísticos e outro com todos os demais programas. A alternativa foi, primeiramente, uma forma de tornar a investigação de quais são os programas com maior audiência, mais organizada. Mas, além disso, por conta do viés da pesquisa, que pretende fazer uma análise com base em programas jornalísticos, uma tabela separada de telejornais permitiria saber mais detalhes acerca da audiência dessa programação.

Antes de montar as tabelas foi necessário, ainda, definir em quais categorias a programação, com exceção dos jornalísticos, seria dividida. Analisando os programas conhecidos, optou-se inicialmente, por seis tipos de classificação: variedades, entrevista ou auditório, policiais ou comunitários, educativos, religiosos e entretenimento.

Para construir as tabelas, foi necessário, a princípio, separar os programas jornalísticos daqueles voltados a outros interesses. Juntou-se a programação disponível no caderno de Cultura do *Correio Braziliense*, durante a segunda semana de julho, dos dias 5 a 11. Na semana seguinte, foi feito um rastreamento, em cada canal, dos programas cujo conteúdo era desconhecido. Nesta etapa o trabalho se tornou complicado, visto que não há por parte da estudante gosto por televisão. Dessa forma, mais da metade da programação das seis emissoras abertas era desconhecida.

Além da dificuldade pessoal, foi impossível, por conta de trabalho e demais compromissos, acompanhar toda a programação disponível. Assim, para realizar a classificação da forma mais fidedigna possível, foi necessário buscar informações sobre os programas nas páginas eletrônicas das emissoras.

A construção da tabela ocorreu sem problemas, até chegar aos programas da TV Brasil, na qual se notou total incompatibilidade com a programação das demais. Assim, para esta, decidiu-se adotar outra classificação: variedades, entrevista ou auditório, musicais, educativos ou religiosos, documentários e entretenimento. As tabelas estão disponíveis no anexo 4.

Terminadas as tabelas de todas as emissoras da programação entendida como não jornalística, passou-se para a construção daquelas de telejornais. Como esse é o foco principal da pesquisa, decidiu-se colocar na tabela informações que

auxiliassem o entendimento da audiência dada aos jornais, bem como o interesse, gosto ou desgosto por algum deles – comentários que poderiam surgir no meio da entrevista. Assim, dividiu-se a tabela em três categorias: audiência (sim ou não), frequência (sempre, nunca, duas vezes na semana, quatro vezes na semana) e observações. As tabelas dos telejornais estão no anexo 5.

Roteiro

Com as tabelas é necessário saber o que interessa aos presidiários na programação televisiva. No entanto, isso não responde à pergunta de pesquisa. Para entender como os presidiários se sentem representados pela cobertura televisiva de violência, seria necessário ir mais além. Assim, pensou-se em perguntas que deveriam ser respondidas para dar uma ideia clara da percepção do entrevistado. O primeiro roteiro das entrevistas está no anexo 6.

Logo de início, antes mesmo da primeira visita em que a sistemática do presídio foi explicada, a intenção era realizar as entrevistas em duas etapas. Na primeira seria feita uma sondagem para selecionar apenas os detentos que assistem aos jornais e se interessam por eles. Em seguida, haveria um segundo encontro, no qual a entrevista seria aprofundada – para isso seria utilizado o roteiro de perguntas descrito acima.

No entanto, o tempo de pesquisa e a dificuldade de acesso aos internos foram as variáveis que influenciaram na decisão de mesclar os momentos em um só. Dessa forma, as tabelas seriam abordadas no mesmo dia em que as perguntas. Foi centrada nessa metodologia que as entrevistas começaram.

As entrevistas

Diário de bordo 3

A primeira entrevista foi realizada na manhã do dia 21 de agosto. A entrada no presídio se deu por volta das 9h20. Desta vez, Florisvaldo da Silva não estava sozinho na sala da Assessoria de Segurança. Havia cerca de 10 policiais civis que faziam perguntas sobre ao curso de jornalismo e a pesquisa a ser realizada.

No entanto, a conversa não durou muito. Logo, o policial que o assessor de segurança designou para acompanhar as entrevistas, Marcos Aurélio Sloniak, chegou. Após saber da intenção da pesquisa e dos caminhos a serem percorridos,

pelos quais se acreditaria ser possível conseguir uma resposta clara sobre o sentimento de representação dos detentos frente à mídia, Sloniak explicou que as entrevistas seriam realizadas com os internos que têm direito à classificação⁵. Além disso, o policial proibiu a gravação da conversa com o preso, alegando que, para isso, seria necessária uma concessão judicial – impossibilitada pelo fator tempo, visto que leva cerca de um mês para ser conseguida.

Primeira entrevista

A pedido da pesquisadora, o primeiro selecionado não cometeu um crime contra a vida – foi acusado de tráfico de drogas. Desejava-se dar início de forma branda, para possibilitar que se acostumasse com a realidade e o ambiente aos poucos. A conversa ocorreu em uma sala localizada ao lado da oficina onde as viaturas policiais passam por revisão – realizada pelos detentos com direito à classificação. Ao entrar no ambiente, com duas mesas, uma de frente para a porta, outra virada de lado, o policial acompanhante mandou que me sentasse atrás da mesa posicionada lateralmente. Ele se acomodou ao lado. Somente então entrou na sala o preso 1, de 36 anos, com um macacão verde, sujo de graxa. Ele se sentou à minha frente. Então Marcos Sloniak fez as apresentações – somente como estudante que fazia uma pesquisa no presídio – e passou a palavra a mim.

Antes de dar início às perguntas, ocorreu uma breve descrição das intenções do trabalho ali realizado. A ordem em que a entrevista ocorreria foi explicada, juntamente com a apresentação das tabelas da programação e dos telejornais. Mas a conversa começou, somente após o consentimento, com um leve balanço de cabeça do preso, confirmando a disposição dele em participar. Foi ressaltada, ainda, a decisão de não utilizar os nomes dos detentos na pesquisa. Isso porque não se via a necessidade de expô-los já que a informação do nome/identidade de cada um não acrescentaria nada relevante ao conteúdo da interpretação.

A entrevista teve início com a tabela geral da programação da televisão. De uma em uma, o entrevistado apontou a quais programas costuma assistir. Durante essa análise, o preso 1 se desinibiu e, sem que precisasse haver uma pergunta específica, contou algumas coisas sobre os seus hábitos dentro do presídio.

⁵ Segundo o policial civil Marcos Sloniak, classificação é o direito dado a alguns presos de trabalhar. As atividades são diversas: oficina, pintura, jardinagem, limpeza, dentre outras. A cada três dias de trabalho, o detento ganha redução de um dia na pena.

O interno disse que em sua cela ficam outros três detentos. O presidiário garantiu que eles sempre conseguem chegar a uma conclusão quanto à programação. De acordo com Sloniak, há um respeito mútuo entre os presos. “Isso faz parte da convivência carcerária. Se eles arrumarem confusão, perdem o direito à televisão”, afirmou o policial.

Segundo o entrevistado, o canal mais assistido é o 10 – Rede Globo –, com destaque para as novelas e filmes. Além disso, destacam-se nesta emissora os programas esportivos – Futebol e Fórmula 1. Das demais emissoras, apenas assiste-se a um e outro programa. A segunda programação de relevância para os detentos da cela do preso 1 é a do SBT, da qual são consumidos os seriados, programas de auditório e filmes.

Após finalizar a análise da tabela da programação, passou-se para a dos telejornais. A Record lidera a audiência de programas jornalísticos. Dos nove transmitidos pela emissora, cinco são acompanhados na cela do 1º entrevistado. São eles: *DF no Ar*, *Fala Brasil*, *DF Record*, *Jornal da Record* e *Repórter Record*. O detento afirmou preferir os jornais transmitidos por essa emissora aos passados em outra, pois, segundo ele, são matérias mais sociais. Dos 14 telejornais da TV Globo, o interno diz acompanhar quatro – *Esporte Espetacular*, *Bom dia DF*, *DFTV segunda edição*, *Globo Repórter*. Além desses, o *Band Cidade segunda edição* também tem audiência garantida.

O relato do preso aponta que a aceitação dos telejornais da Record está quase o dobro na frente dos da Globo. Percentualmente, a primeira apresenta 55,56% dos programas jornalísticos assistidos, enquanto a concorrente tem 28,57% de audiência a telejornais na cela do interno.

De acordo com o primeiro entrevistado, os jornais servem como fonte de informação do mundo fora da penitenciária. Ele afirmou gostar de saber o que acontece na cidade. “O que os governantes estão fazendo de melhoria por aí”. O preso disse não se incomodar pessoalmente com a linguagem utilizada pelos jornalistas nas matérias que tratam de violência. Mas segundo ele, quando há uma matéria que aborda o crime pelo qual ele foi preso – tráfico de drogas –, o sentimento que toma conta dele é vergonha pela família. “Imagino meus familiares vendo e lembrando o por que estou aqui”.

Antes de ter o primeiro contato com o detento, a estudante estava bastante nervosa por conta da situação ainda não vivenciada – fato que mudou assim que o

1º entrevistado sentou-se e a conversa teve início. No entanto, era grande o receio de fazer alguma pergunta pessoal que pudesse constrangê-lo. Mas o policial acompanhante tomou a frente, ao final de entrevista, e pediu ao preso que contasse o motivo da prisão, bem como o tempo em que estava lá.

Condenado a seis anos e nove meses de prisão por tráfico de drogas, o primeiro entrevistado já cumpriu dois anos e quatro meses de pena – dos quais, um e quatro meses com direito à classificação. Ele já havia sido preso pelo mesmo crime, anos antes – não soube precisar quantos – quando ficou detido pouco mais de três anos. Após essas declarações, o entrevistado saiu da sala.

Sloniak então disse que não haveria problema em aprofundar a conversa com o detento, ainda que as perguntas fugissem do tema proposto. De acordo com ele, recém-formado em Direito, isso ajudará em uma análise futura das respostas.

Encontro de orientação

Durante a orientação, ocorrida na noite do mesmo dia da entrevista, chegou-se à conclusão de que o preso é um consumidor ativo dos produtos de comunicação. Ele tem opção de escolher ao que deseja assistir e faz comparações entre as programações bem como entre os conteúdos dos programas. Além disso, percebeu-se que, em vez de a mídia excluir os internos, tem o efeito contrário: ajuda-os a se sentirem incluídos.

Após avaliação da entrevista, concluiu-se que as tabelas devem ser aprofundadas e a sequência de perguntas, realizada somente depois das tabelas, incorporada a elas. Dessa forma, as tabelas servem como apoio principal, que pode dar todas as informações necessárias. As perguntas devem ser feitas junto com o recurso e não de forma separada, como ocorreu na primeira entrevista.

Na orientação pôde-se perceber, ainda, a necessidade de procurar um psicólogo que possa dizer a melhor forma de chegar ao detento e fazê-lo colaborar com a pesquisa. O especialista poderá analisar, junto com a estudante, o caminho mais proveitoso e a forma mais eficaz de perguntar, e questionar acerca da representação pessoal do preso nas matérias que tratam de violência.

Segundo encontro com o detento

Após conversar com a psicóloga Sandra Baccara, como será relatado mais à frente, ampliou-se o roteiro de entrevistas e decidiu-se conversar novamente com os

quatro primeiros presos, todos classificados. Isso porque se acreditava, como foi confirmado, que os questionamentos sugeridos pela profissional e acrescentados ao roteiro permitiriam complementar o trabalho e ajudariam em uma percepção melhor do sentimento dos presidiários frente à cobertura policial.

A opção foi motivada, principalmente, pelo fator tempo. A busca por outros quatro entrevistados, além de esbarrar na autorização do presídio – que já havia limitado a quantidade de acessos –, teria que contar com a disponibilidade e contribuição do preso durante a conversa – variante definitiva na decisão de re-entrevistar os internos selecionados. A essa altura, não se poderia mais correr o risco de fazer entrevistas não proveitosas.

Dessa forma, na segunda-feira 19 de outubro, deu-se o retorno ao presídio para a realização dessas entrevistas citadas. Chegou-se ao local às 13h50 e, imediatamente após a entrada na sala da Assessoria de Segurança – Sloniak já aguardava, pois a visita havia sido combinada com uma semana de antecedência –, seguiu-se para a sala em que foram realizadas as entrevistas anteriores com os quatro internos classificados que seriam ouvidos novamente – a mesma sala descrita na 1ª conversa.

Naquela tarde, o ambiente estava bastante movimentado. De acordo com Marcos Sloniak, alguns dias são assim. “É quando é preciso estar mais alerta. Normalmente, em dias assim é que ocorrem fugas e brigas”.

A ordem das entrevistas não seguiu a cronologia da primeira. Isso porque não houve pronta disponibilidade por parte dos internos que estavam em seu horário de trabalho. Os detentos foram identificados pela sequência em que foram entrevistados. Assim, no dia das re-entrevistas, a ordem foi: 2º, 4º, 3º e 1º - que correspondem, respectivamente, às entrevistas 9, 10, 11, e 12.

Os relatos das novas conversas, no entanto, serão realizados seguidos das primeiras. Abaixo, o segundo contato com o que se chamou aqui de re-entrevistado 1.

Re-entrevista um – correspondente à décima segunda conversa

A conversa teve início com alguns questionamentos sobre religiosidade e programação da televisão. Ao todo, aquele encontro durou cerca de 30 minutos. O interno afirmou ser evangélico, acreditar em Deus e assistir o programa *Show da Fé*,

transmitido pela Band. No entanto, destacou que não segue a religião há algum tempo. Questionado sobre o motivo, desconversou.

A vida no tráfico de drogas começou havia cerca de 10 anos. O detento foi preso a primeira vez em 1998 – cumpriu pena até 2002. Dono de uma oficina mecânica em Ceilândia – onde morava –, o interno afirmou nunca ter passado necessidade financeira. “O meu trabalho mesmo dava e ainda sobrava”. Ele relata que, a droga que mais vendia era merla e cocaína, produzidas por ele mesmo. Com 1 kg de base, a R\$ 1 mil, mais R\$ 700 de solução de bateria, o interno fazia 17 kg de merla – quantidade que, no montante, rendia a ele R\$ 17 mil, 10 vezes mais que o gasto na produção. Alegou não ter sido influenciado por ninguém. “As pessoas que conviviam comigo, souberam quando fui preso. Quer saber a verdade mesmo? Foi safadeza”.

Detido há dois anos e seis meses, destacou que nenhum jornal noticiou a prisão. Na ocasião, ele havia vendido 1 kg de merla, a R\$ 1 mil. O comprador foi flagrado com a droga e o entregou. Ele foi capturado quando saía de casa. “Pensei: vai começar tudo de novo”. Para o 1º entrevistado, fica o sentimento de que tudo da vida dele foi jogado fora. “Perdi muita coisa vindo pra cá. Fiquei sem amigos, sem família, nem pra igreja quis ir mais”.

Após o relato, o interno novamente foi questionado sobre a vida pessoal. Ele contou que a ex-mulher mudou de Brasília com os dois filhos – uma menina de 12 anos e um rapaz de 16 – antes mesmo de ele sair da prisão a primeira vez. “Ela levou os dois para Tocantins e disse que não me queria mais. Foi nessa época aí que eu larguei a igreja”.

Quando o detento disse isso, novamente surgiu a pergunta sobre o que o motivou a deixar de frequentar a igreja. Repentinamente, o 1ª entrevistado levantou-se, claramente nervoso, jogou a cadeira em que estava sentado para trás, derrubou as coisas que havia sobre a mesa no chão e se apoiou na mesma, como se quisesse pular nela. Ao mesmo tempo, o interno gritava. “Você não acha que está querendo saber demais?”

No momento em que tudo isso ocorreu, Marcos Sloniak encontrava-se do lado de fora da sala – foi comum, durante as entrevistas com os classificados, o policial deixar a sala por instantes, e retornar minutos depois. Assim que o preso se apoiou sobre a mesa, Sloniak entrou na sala e o segurou pelo pescoço, gritando com o detento, que obedeceu aos comandos, sentou-se e baixou a cabeça.

O policial perguntou o que havia acontecido e quando a estudante contou o ocorrido, ele indagou ao interno. “O que tem de mais você dizer para ela que sua mulher estava de caso com o pastor?”. Os acontecimentos não passaram de 30 segundos, mas foram suficientes para instalar um ar de tensão no ambiente, que perdurou até o fim da conversa. Com o sinal do policial, a entrevista continuou.

Como forma de fugir do assunto e deixar o entrevistado mais à vontade, frente ao constrangimento passado, voltou-se a falar dos jornais. O detento disse não ver problemas em noticiar prisões. “É importante dar informações para as pessoas. Quem não conhece, por exemplo, aquele tipo de golpe que está sendo aplicado, pode se prevenir”. Apesar de concordar com a cobertura policial, assim como não discorda da abordagem, nem da linguagem utilizada, o interno diz que não gostaria de ter sido entrevistado.

O DF Record é citado como o telejornal de preferência do interno, que mantém a mesma relação com a emissora. “O jornalismo da Record abrange mais, as notícias são mais completas. A Globo dá as mesmas coisas, mas não fala direito o que aconteceu, só conta, sem detalhes”.

A cobertura jornalística é pauta, ainda, das conversas entre ele e os companheiros de cela. “Falamos sobre as matérias de prisão, aí lembramos como foi a nossa e contamos para os outros, tudo de novo”. Segundo ele, quando o pai, a irmã e a atual namorada o visitam, alguns temas abordados na televisão, como notícias e novelas, também fazem parte das conversas.

O preso, com ensino fundamental completo, disse que não deseja voltar a estudar. Quando for liberto, destaca o desejo de retornar ao trabalho na oficina e não se envolver com o crime, novamente. Mas a maior vontade ao sair da prisão refere-se ao que ele considera sua maior perda. “Quero consertar as besteiras que fiz. Pegar a carta de divórcio que a mulher me mandou, com o endereço lá de Tocantins, e ir atrás dos meus filhos”. Ele balançou a cabeça, levemente e de forma envergonhada.

Após os agradecimentos, o interno dirigiu um acanhado pedido de desculpas e se retirou da sala. Como já passavam das 16h – havia terminado o expediente do preso, que retornaria à cela, e de Sloniak. A estudante se dirigiu, pela última vez, à saída do PDF I, acompanhada do policial, que se colocou à disposição, mais uma vez, para ajudar no que ainda fosse necessário.

Diário de bordo 4

Outras três entrevistas foram realizadas na sexta-feira, dia 28 de agosto, exatamente uma semana após a primeira. Com essas, já eram quatro os presidiários ouvidos. A entrada na Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I) ocorreu por volta das 10h. Para isso, os mesmos procedimentos das visitas anteriores foram repetidos – apresentação da autorização, passagem pelo detector de metais, etc.

Novamente a entrevista foi acompanhada e os detentos selecionados pelo policial civil Marcos Sloniak. Dessa vez ele permitiu que a conversa fosse gravada, desde que o preso concordasse. Sloniak destacou que, na primeira entrevista, ele não havia sido alertado para o fato de que havia uma autorização judicial. A pesquisadora também não se atentou a isso, visto que a concessão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) não trata, especificamente, de permissão de gravação das conversas, somente das visitas. No entanto, o policial ressaltou que isso foi lembrado em conversa com o vice-diretor da penitenciária, André Luiz Marcondes Varella, que concordou com as gravações.

Apesar da permissão, as entrevistas não serão degravadas devido à baixa qualidade do áudio. Já que a pesquisadora não pôde ficar sozinha com nenhum dos internos. O policial que acompanhou as conversas estava com o rádio ligado e, frequentemente, alguém contatava Sloniak. O barulho interveio na gravação, impossibilitando a audição total da fala do entrevistado. Por esse motivo, mais uma vez a opção foi pelo relato das conversas.

As entrevistas daquela manhã ocorreram no mesmo ambiente da anterior – a sala ao lado da oficina em que os detentos classificados fazem a manutenção das viaturas policiais. No entanto, desta vez a estudante se sentou em outra mesa, ao lado da porta. Os detentos tomaram o acento logo a frente. Já Sloniak, que durante o contato com o primeiro preso sentou-se ao lado, também de frente para o entrevistado, andou pela sala, conversou com outros policiais na porta, ou se acomodou em uma cadeira localizada à esquerda do interno, um pouco atrás dele.

Passado o impacto da primeira entrevista, o sentimento de segurança era maior. Mas havia também uma consciência de que era necessária uma mudança de postura por parte da estudante. Notou-se, no encontro inicial, que as tabelas e as perguntas para instigar comentários dos detentos acerca dos telejornais assistidos deveriam estar entrelaçadas – e não metodicamente exploradas, desarticuladas, como ocorreu com o entrevistado 1.

Esse foi o procedimento adotado nas três entrevistas realizadas naquele dia. Após explicar ao detento a intenção da pesquisa, os métodos utilizados – tabelas de programação e telejornais –, perguntar se ele concordava em participar e pedir autorização para gravar – concessão dada por todos os presos naquela manhã – a entrevista começou, primeiro com uma volta pelos programas não jornalísticos e, em seguida, pelos telejornais. No entanto, dessa vez houve uma abertura a comentários fora da linha de raciocínio pensada; saindo de uma emissora para outra, sem terminar a anterior – sempre retornando depois –, ou mesmo largando os programas de lado por alguns instantes para acompanhar o pensamento do entrevistado, na ordem de lembrança dele.

Segunda entrevista

Aos 34 anos, com o ensino fundamental incompleto – estudou até a 1 série, quando começou a trabalhar na roça, no interior da Bahia, para ajudar em casa –, o primeiro encontro daquela manhã foi com um interno que passa por sua primeira experiência carcerária. Ele foi condenado a 30 anos de detenção pelos crimes de roubo, formação de quadrilha e adulteração de chassis. Preso há quatro anos, é classificado há quase três e faz serviços de todos os tipos, principalmente, lavagem de carros e jardinagem.

O detento 2 reside em uma cela do bloco E com mais três presos. Ele afirmou enfaticamente assistir apenas a Record e a Globo. Segundo ele, os programas dos demais canais não despertam interesse em nenhum dos presos do aposento. De acordo com o detento, não há brigas entre os internos da cela dele pela programação; todos concordam com as escolhas feitas.

Ao analisar os programas consumidos por eles, destacam-se programas de auditório, novela, filmes e esporte, além de jornais. Dentre os telejornais de ambos os canais – um total de 23, conforme a classificação da estudante –, 11 são assistidos por eles. Dos 14 da Rede Globo, seis são vistos: *Globo Rural*, *Bom Dia DF*, *DFTV segunda edição*, *Esporte Espetacular*, *Globo Repórter* e *Profissão Repórter*. Já da Record, em um total de nove, eles assistem a cinco: *DF no ar*, *DF Record*, *Jornal da Record*, *Repórter Record* e *Câmera Record*.

Com base nesses dados, nota-se que a Record, com 55,56 % dos telejornais assistidos na cela do detento, sai na frente da concorrente. Isso porque a Globo atinge uma aceitação de 42,86 % - percentual 12,7 % menor.

Apesar da audiência superior destinada aos telejornais da Record, o entrevistado 2 ressaltou confiar mais nas notícias da Globo. Ele se justificou com a afirmação de que a emissora de preferência é mais antiga. Destacou, ainda, o *Globo Rural* como o jornal de preferência. “Me faz lembrar minha infância na roça, lá na Bahia, com minha mãe e irmãos”,

Quando questionado sobre os motivos que o levam a se interessar por jornais, o detento afirmou desejar aprender alguma coisa e saber o que acontece na cidade, em especial, na região de Taguatinga, onde mora sua família. O interno se disse preocupado quando vê alguma matéria sobre a criminalidade no local.

Sobre as notícias que tratam de crime, o detento disse se sentir desrespeitado, algumas vezes, por expressões utilizadas pelos repórteres – não soube exemplificar –, em especial, quando se referem a presos. O interno destacou, ainda, acreditar que algumas reportagens sobre crimes e violência não são verdadeiras.

Re-entrevista dois – correspondente à nona

O preso 2 foi o primeiro a ser entrevistado na visita que visava a complementar a primeira conversa com os classificados. Naquele dia, mais à vontade, o interno contou sua vida, a infância, falou da mulher, dos filhos, dos desejos e sentimentos. No entanto, para o interesse desta pesquisa, não serão destacados todos os aspectos tratados neste segundo contato.

Preso às 14h20 do dia 14 de outubro de 2005, o segundo entrevistado atribuiu o aumento de sua pena à mídia, que noticiou o caso. “Minha mulher estava no trabalho e soube pelo jornal. Passou mal e tudo. Até hoje ela guarda a reportagem lá em casa”. A partir dessa experiência, destacou ele, passou a achar errada a exposição de acusados, antes do julgamento. “Comigo aconteceu o que vejo muitos repórteres fazendo. Eles aumentam e falam muitas coisas que não aconteceram”. Em relato de sua prisão o detento afirmou terem sido presas outras três pessoas junto com ele. “Tinha um cara que estava passando lá na rua, na hora que os policiais pegaram nós três. Ele foi condenado a 18 anos de prisão por nada, porque a gente nem conhecia”.

Segundo o acusado, que na época não quis dar entrevista, com medo de se prejudicar – estavam na delegacia, contou, equipes do *Barra Pesada*, *DFTV* e *Correio Braziliense* –, o problema que diz perceber em muitas coberturas policiais, é

de mão dupla. “A polícia, com pressa de terminar a investigação, até por conta da mídia que fica em cima, constrói provas contra a gente. E os jornalistas acreditam em tudo”.

Apesar da pena elevada, o interno se afirmou inocente em dois dos três assaltos pelos quais foi julgado. “As vítimas disseram não ter certeza se era eu mesmo. Na lei fala que, em caso de dúvida, o acusado é absolvido, mas comigo não foi assim”. De acordo com o preso, o defensor público que cuidava do caso recorreu da sentença, mas não obteve sucesso. “Fui preso aos 30 anos e não tinha nenhuma passagem pela polícia. Isso devia ter sido levado em consideração”.

Durante a conversa, o preso contou sobre o roubo que afirma ter sido o único cometido. “Um amigo meu tinha sido preso um tempão atrás e deixou o carro dele para mim. Quando saiu, quis roubar a moto de um cara que tinha feito mal pra ele. Eu e outro fomos junto para ajudar”. Segundo o entrevistado, logo após sair com a moto, ele pediu ao colega que a deixassem na rua e fossem embora. “Mas ele não quis. Fomos encontrados uma semana depois”. A adulteração de chassis também foi confirmada, mas não a formação de quadrilha.

Os problemas enfrentados pelo detento durante o processo de julgamento ainda se refletem em suas atitudes. “Sempre lembro do que fiz, me arrependo e me envergonho muito de tudo”. Dentro da cela, contou o entrevistado, são muitos os comentários acerca das matérias. “Eu nem converso muito com ninguém não, prefiro ficar no meu canto. Mas os ouço falando lá das prisões, rindo dos policiais, às vezes, e até dizendo que vão voltar pro crime quando saírem”.

Apesar de não conversar com os colegas de cela, o preso afirmou comentar com a esposa, que o visita quinzenalmente, algumas coisas que passam na televisão. “Mas sempre quero mesmo é saber dos meus filhos”. O casal tem um menino de quatro anos e uma menina de 12. Os filhos não o visitam na cadeia por opção dele. “Não quis colocar meus meninos aqui dentro. Não é lugar de criança”. Apesar de não verem o pai há quatro anos, os pequenos sempre lhe escrevem e mandam fotos. “É o que dá força pra ficar aqui”. Em relação ao que pretende fazer quando sair disse não saber. “Falta tanto tempo que ainda nem pensei nisso”.

Terceira entrevista

Logo após a saída do segundo entrevistado, no dia 28 de agosto, Marcos Sloniak pediu ao policial que estava do lado de fora da sala, supervisionando o

trabalho dos detentos da oficina, que chamasse o próximo. Enquanto isso, Sloniak quis saber da satisfação quanto à primeira conversa daquela manhã. Para ele, a entrevista fluiu melhor que a realizada uma semana antes – fator confirmado pela estudante.

Cerca de três minutos depois, entrou um rapaz de 28 anos, julgado por diversos assaltos – não soube precisar quantos, mas disse ser entre seis ou sete –, condenado a 29 anos de prisão, dos quais já cumpriu cinco. Ele também está preso pela primeira vez e trabalha como pintor e lanterneiro na oficina do presídio há dois anos e nove meses.

A passagem pelas tabelas da programação televisiva mostrou que o interesse dele e dos outros três encarcerados na cela, localizada no bloco E, é predominantemente pela Globo, Record e Band. Do SBT eles assistem apenas filmes, “quando não tem nada melhor passando”. Dos programas não jornalísticos das três emissoras mais assistidas, a preferência é por programas de auditório, religiosos, novelas e filmes.

De toda a programação, um comentário que chamou a atenção, por ter relação com a intenção de pesquisa, foi sobre o programa do Datena – classificado como policial –, transmitido pela Band. O entrevistado 3 disse se sentir desrespeitado com os xingamentos e comentários que o apresentador faz, especialmente, quando ele fala de assaltantes. “Nem todo mundo que rouba é bandido e uma pessoa má como o Datena diz. Me sinto ofendido com o jeito que ele fala”.

Analisando a programação que o interno afirmou consumir, nota-se que os horários de alguns programas coincidem. Segundo ele, isso ocorre porque os detentos de sua cela não assistem às propagandas. Nestes momentos, eles mudam de canal e vão para os programas de preferências nos outros canais.

Entre os telejornais, as emissoras mais vistas são a Globo e a Record. Além delas, os únicos jornais que, esporadicamente, ganham audiência dos quatro presos na cela do terceiro entrevistado é a Band. Dos 11 programas jornalísticos da emissora, o interno afirmou assistir a apenas dois – *Band Esporte Clube* e *Band Cidade*. Ainda assim, a frequência é de duas ou menos vezes por semana.

Da Record, em um total de nove telejornais, o detento disse assistir a cinco – *DF no ar*, *DF Record*, *Jornal da Record*, *Repórter Record* e *Câmera Record*. Já dos

14 da Rede Globo, o preso 3 confirmou o consumo também de cinco: *Globo rural*, *Esporte Espetacular*, *Bom Dia DF*, *DFTV segunda edição* e *Profissão repórter*.

Em uma análise percentual da audiência, é possível concluir que os jornais da Record têm, entre os presos da cela do terceiro entrevistado, uma aceitação de aproximadamente 55,56 %. Da programação jornalística da Globo, apenas 35,71 % é consumido.

A preferência pelo jornalismo da Record pode ser ratificada, ainda, pelos comentários constantes do interno sobre uma e outra emissora. Durante a análise da tabela dos jornais da Globo, foi comum a afirmação: “Não, nessa hora estamos assistindo a Record”. Além disso, o entrevistado disse sentir mais segurança nos telejornais do canal 8, em Brasília, por conta das abordagens. “Eles falam mais de cidades satélites. A Globo fica só no que acontece com os ricos”.

Ele não citou nenhum tipo de preocupação com a família, residente em Planaltina, quando as matérias tratam da criminalidade na cidade. A mesma postura foi adotada por ele quando questionado sobre a visão que os familiares teriam dele a partir das matérias de violência. “Não sei o que pensam”.

A ofensa foi um sentimento comumente descrito pelo detento durante a entrevista, quando questionado sobre as abordagens das matérias de crimes. “Às vezes me sinto ofendido. Não gosto de como falam de assaltantes e presos”. Sobre o mesmo tipo de reportagem, o interno disse não acreditar em tudo o que é dito. “As pessoas aumentam demais e não falam a verdade”. Ele se justificou afirmando haver divergências entre as notícias das emissoras. “Vemos uma coisa em uma, aí quando mudamos vemos o mesmo fato, de outro jeito, em outro canal”.

Terminada a conversa, o entrevistado saiu e, logo em seguida, Marcos Sloniak fez alguns comentários sobre ele. “É malandro. Esse aí tem alma de bandido. Mas aqui dentro é disciplinado e um excelente profissional. Por isso foi classificado”.

Segundo contato – décima entrevista

O terceiro entrevistado foi também o terceiro na ordem das re-entrevistas. Assim como o segundo, afirmou não ter cometido todos os crimes pelos quais foi julgado. Condenado por sete assaltos – lembrou-se nesta segunda conversa – disse ter participado apenas de dois. O preso contou ter roubado um carro e R\$ 20 mil, divididos com o amigo, segundo ele, a influência por ter entrado no crime. “Mas nem

que roubasse todo o dinheiro do mundo, não valia a pena não. Nada paga a liberdade da gente”. Ele, que estudou até a quinta série, trabalhava na loja de lanternagem do pai, em Planaltina, e afirmou ter ganhado bem.

Apesar da condenação, foi detido por portar arma ilegalmente. Os assaltos por ele cometidos não foram o motivo do flagrante. “Os PMs só me pegaram porque já tinham bronca de mim. Sempre que me viam diziam que iam arrumar cadeia pra mim”.

De acordo com ele, a prisão não foi noticiada e ele não gostaria que isso tivesse ocorrido. “Todo mundo sabe que estou preso, mas se aparecer no jornal é pior. Parece que as pessoas lembram disso por mais tempo”. Para ele, a exposição de pessoas que foram presas é certa, embora não desejasse ter aparecido. Apesar de concordar que acusados sejam mostrados, não acredita que declarações dadas por eles possam ajudar. “Às vezes você conta lá e fica tudo gravado. Ai quando você vai para o juiz, você armou um flagrante para você mesmo”.

Não é casado, mas vivia com a mãe de seus três filhos, de oito, seis e quatro anos. “Eles me visitam pelo menos uma vez por mês”. Além disso, o interno afirmou receber visitas de sua mãe e das irmãs, mas não comentam a programação televisiva. O preso destaca que a convivência com a família melhorou muito após a prisão. “Eles me dão mais atenção no tempinho que ficam aqui”.

O interno contou, ainda, que já está no regime semiaberto e aguarda, somente, uma carta de emprego para ser transferido para o galpão do SIA – o chamado Centro de Progressão Penitenciária (CPP). “Uma amiga vai conseguir para eu trabalhar empurrando maca na fundação hospitalar”. Após a carta de emprego ser aprovada pelo juiz, o detento terá direito de trabalhar durante o dia e, quinzenalmente, passar o fim de semana em casa.

Quarta entrevista

O último entrevistado daquela sexta-feira (28/8) demorou menos de dois minutos para chegar. Eram por volta das 11h quando entrou na sala e se sentou. A entrevista, da mesma forma que as demais, começou apenas depois de explicados a pesquisa, os passos e pedidas as devidas autorizações.

Condenado há 18 anos por homicídio, o preso 4, de 31 anos, já cumpriu dois anos e cinco meses da pena, dos quais, um ano e dez meses, trabalhando na oficina da Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I).

A passagem pela programação revelou uma peculiaridade do interno. Ele foi o único, dentre os entrevistados até o momento, que alegou assistir a TV Brasil. Da extensa programação do canal, o detento confirmou consumir 11 programas. No entanto, destacou não ter certeza se são apenas esses, pois não lembra os nomes de todos. Segundo ele, os programas de interesse são os musicais e, esporadicamente, alguns documentários relacionados ao assunto. “Mas não é sempre que consigo ver porque nem todo mundo gosta. Então vejo quando os outros estão no banho, ou quando consigo um acordo com eles”.

Todos os quatro presos da cela do interno, localizada no bloco E, são classificados. “Não temos aborrecimentos por conta de nada não. Nos respeitamos e temos um bom relacionamento”.

Das seis emissoras da TV aberta, o entrevistado afirmou que ele e os outros três internos alojados em sua cela não consomem nenhum dos programas do SBT – pelo menos nos horários em que ele está presente. “Sempre tem coisa melhor passando”. Com exceção da TV Brasil, cujo interesse já foi descrito, o consumo das demais emissoras – Band, TV Brasília, Record e Globo – gira em torno dos programas de auditório e religiosos, novelas, esporte, filmes e séries.

Após a finalização das tabelas dos telejornais, pode-se notar mais uma particularidade no entrevistado: ele foi, dentre os demais, pelo menos até aquele momento, o que afirmou assistir a mais telejornais – um total de 19, com frequências distintas. Da Rede Globo, o consumo é de 50 % – dos 14, disse ver sete. São eles: *Globo Rural* – não acompanha todo, porque está tirando o lixo do bloco, mas ouve parte dele todos os dias –, *Esporte Espetacular*, *Globo notícias*, *Bom Dia DF*, *DFTV segunda edição*, *Jornal Nacional* – vê pedaços, sempre intercalando com a programação de outros canais – e *Globo Repórter* – quando traz reportagens sobre animais, atividades físicas e alimentação.

Dos nove programas da Record classificados pela estudante como telejornais, seis são vistos na cela do quarto entrevistado: *DF no ar*, *Fala Brasil*, *Jornal da Record* – reveza com o *Jornal Nacional*, transmitido em horário semelhante, na Globo –, *Esporte Fantástico*, *Repórter Record* e *Balanço Geral* – aos sábados. Isso aponta uma aceitação dos internos pelos jornais da emissora de 66,67 %.

A TV Brasília também ganha audiência dentre os detentos da cela do entrevistado. Dos 10 telejornais da emissora, três são assistidos: *Jornal local segunda edição*, *Rede TV News* e *Bola na Rede*. No entanto, o preso afirmou que os programas são vistos, apenas, quando há uma matéria interessante passando. “Ficamos mudando de canal nos intervalos e só paramos no 4 quando vemos alguma coisa legal. Não assistimos sempre”.

Da tabela de telejornais, a Band foi a que apresentou menor rendimento. Dos 11 transmitidos pela emissora, apenas dois são consumidos na cela do quarto entrevistado: *Bans Esporte Clube* e *Band Cidade segunda edição*. Porém, diferentemente da TV Brasília, os jornais da Band são vistos sempre.

O preso afirmou gostar de jornais. A busca por esse tipo de programas se dá, segundo ele, para saber o que acontece, o que é feito de melhoria, como está a criminalidade nas regiões, etc.

Quanto à preferência na programação jornalística, o entrevistado destacou o *Balanço Geral*, da Record. “Eles falam mais da cidade satélites. A Globo fica no Congresso e no Plano e não dá uma idéia geral do que acontece”. Apesar da comparação, o interno afirmou confiar igualmente em todos os jornais que consome. “Eles mostram coisas diferentes”.

Em relação as matérias que tratam de violência, o detento confirmou sentir-se aborrecido, especialmente quando o assunto é homicídio. Mas não se vê representado diretamente pelas notícias. O incômodo está relacionado à família. “Quando eles veem devem lembrar de mim. Me envergonho disso”. Ainda com base nesse assunto, o quarto entrevistado criticou o apresentador Datena – o programa dele foi classificado como policial. “Não gosto do jeito que ele fala, como se fosse dono da verdade”.

Ao final da análise dos telejornais, o interno contou como ocorreu a sua prisão. “Eu estava em uma boate de Sobradinho com uns amigos. Aí teve uma confusão lá, um deles estava armado, atirou e matou uma pessoa. Eu nem vi, só era motorista do carro”. Sloniak completou a história: “Ele foi condenado por dar fuga aos amigos. O que atirou foi preso em flagrante. Ele e os outros puderam esperar o processo correr em liberdade”.

O crime ocorreu em 1998, mas o julgamento foi só em 2005. Entre idas e vindas de recursos, a condenação ocorreu dois anos depois, em 14 de março de 2007. Após o cumprimento da pena, o interno pretende retomar sua vida normal.

“Tenho uma oficina de bicicleta lá em Planaltina. Enquanto não arrumar outro emprego, vou ficar trabalhando lá. E também quero fazer faculdade”.

Depois de terminar de contar, ainda que timidamente, as circunstâncias de sua prisão, o entrevistado levantou-se e saiu. Neste momento Marcos Sloniak fez uma ressalva: “Esse é diferente do anterior. Tem uma família bem estruturada, o pai é policial militar, foi bem criado, não tem jeito pra bandidagem. Está aqui por força do acaso”.

Re-entrevista quatro – referente à décima primeira conversa

O quarto entrevistado foi o terceiro a ser ouvido novamente na tarde do dia 19 de outubro. Naquele dia, assim como os demais re-entrevistados, o detento estava mais à vontade. Isso fez com que a conversa ocorresse de forma mais amena e natural.

Todo o ensino médio foi cursado pelo interno no presídio. “Concluí o 1º e o 2º ano do ensino médio e agora termino o terceiro. Vou fazer o Enem”. Nesses quase dois meses que se passaram até a nova conversa, o preso disse ter pensado sobre a graduação que deseja cursar quando for libertado. “Gosto tanto de planta que penso em agronomia”. O gosto por jardinagem surgiu quando trabalhava como porteiro no Plano Piloto, antes do crime pelo qual foi julgado acontecer.

O interno é pai de uma menina de 7 anos, que não vê desde que foi preso. “Ela mudou para São Paulo com a mãe. Tenho notícias dela pela minha mãe que a vê quando ela vem pra Brasília e por cartas que ela me manda às vezes”. Os pais e as três irmãs moram em Sobradinho e o visitam sempre que podem. “Minha mãe é quem vem sempre”. Durante os encontros, o grande interesse do detento é a vida de cada pessoa que estima e com quem não pode conviver. “Não falamos muito sobre o que passa na televisão”.

De acordo com o interno, a relação com a família sempre foi boa e não se alterou com a prisão. “Foi um choque em casa, porque eu nunca tinha feito nada de errado. Mas sempre me apoiaram, tanto enquanto eu aguardava uma decisão de juiz, como depois que vim preso”. Após dois anos e meio privado do convívio com a família, ele afirmou que todos já se conformaram. Meu pai vai me ajudar com a faculdade quando eu sair”.

O caso que culminou com a prisão do quarto entrevistado foi noticiado pelo DFTV, mas seu nome não foi citado. No que diz respeito à exposição de acusados,

não acha errado mostrar a pessoa. Apesar disso, ressaltou que, o uso da imagem da pessoa deve vir seguido de uma declaração dela. “Só quem cometeu o crime sabe direitinho o que aconteceu. Eu gostaria de ter sido ouvido. Contaria a minha versão dos fatos”.

Depois de tanto tempo do ocorrido, ele disse que o arrependimento existe, mas que prefere não pensar no caso. “Me arrependo de ter dado carona, mas estava entre amigos. Agora só me resta passar uma borracha em cima e seguir com a vida. Vou terminar meus estudos, ir para o semiaberto e trabalhar”. No dia da entrevista, o preso havia feito o pedido de redução da pena – referente ao tempo de classificado – e encaminhou, também, uma carta de emprego, com referência de sua própria loja de oficina, como solicitação da progressão.

No bloco

Após a realização das três entrevistas daquela manhã do dia 28 de agosto, Sloniak perguntou se a estudante gostaria de conhecer um dos blocos, interesse confirmado por ela. O policial, no entanto, se recusou a mostrar o bloco de segurança máxima. O bloco escolhido foi o D, localizado ao lado da oficina em que os entrevistados trabalham.

No caminho, Sloniak explicou um pouco da sistemática do local. “Temos quatro alas, com 10 celas em cada. Todos os blocos, à exceção o de segurança, são assim”. A porta de entrada é gradeada e aberta somente após o toque de uma campainha, do lado direito de quem entra. Ao passar pela porta, segue-se um longo corredor, cada vez mais escuro, à medida que se vai chegando ao fundo. Ao longo dele há três salas: duas de advogados – há uma parede de vidro que não permite contato físico com o detento; a conversa ocorre por um interfone – e uma sala com um banheiro dentro e um computador em uma mesa. No final do corredor, próximo à segunda porta – a partir da qual é permitida a entrada somente de policiais – há uma bancada, uma espécie de recepção, onde havia três policiais aquela manhã.

A frente da segunda porta, também gradeada, há uma parede branca, encardida, atrás da qual fica o pátio onde os presos tomam o banho de sol. As alas são divididas, duas à direita e duas à esquerda. Fomos primeiramente para a direita. Antes de outra porta, que dá acesso às celas, há uma escada, à esquerda. É lá que os policiais tomam conta do banho de sol. À direita, há uma sala com uma mesa e um banco de concreto.

No momento em que entramos, por volta das 11h50, os internos eram recolhidos para as celas. Estavam dois policiais armados nesse ambiente mais alto, também gradeado. De lá, a pesquisadora pôde ver os detentos. Sloniak explicou que, assim que a sirene toca, os internos sentam no chão, enfileirados por celas, e só levantam quando chamados. Na porta de acesso às celas havia mais três policiais. “Temos um sistema de segurança muito bom, mas não podemos descuidar”.

Somente para mostrar que um lado do bloco é espelho do outro, o policial levou a estudante à esquerda. Lá, os internos já haviam sido recolhidos e estavam nas celas. No entanto, Marcos não permitiu chegar próximo à terceira porta, que leva ao corredor das celas. Isso porque, assim que notaram a presença da pesquisadora no bloco, os detentos começaram a gritar e bater nas grades. Apenas subimos para um local semelhante, onde os policiais vigiam os internos, e retornamos à segunda porta.

No momento em que iríamos voltar ao corredor inicial, chegavam 10 novos presos – todas as segundas e sextas-feiras o presídio recebe mais detentos que estavam no Centro de Detenção Provisória (CDP). Outros quatro policiais acompanhavam a entrada deles. Assim que nos viram, os policiais viraram os novos internos para a parede, com as mãos para trás, e fizeram uma espécie de corredor atrás deles. Sloniak empurrou a estudante para a outra parede, e a puxou pelo braço, para agilizar a passagem.

Depois de sair do bloco, o policial seguiu até a porta da PDF I. No caminho explicou o procedimento presenciado. “Sempre que um preso está fora da cela, estará acompanhado por um policial. Quando uma outra pessoa vem na direção oposta, viramos o detento para a parede enquanto aguardamos a pessoa passar”. Segundo Sloniak, esse é mais um procedimento de segurança do presídio. “Somos muito rigorosos com a disciplina dos internos. A segurança aqui dentro é uma questão de segurança pública”. Marcos ressaltou que, em casos de visitas, os procedimentos são ampliados. “Não somos nós policiais os alvos deles. Se eles tiverem que fazer alguma coisa, não vai ser comigo, porque eu sei me defender. Vai ser com você”.

Encontro de orientação

Na noite da sexta-feira, 28 de agosto, mesmo dia em que foram realizadas as três entrevistas descritas acima, houve orientação. No encontro, após o relato das conversas com os detentos, notou-se mais uma vez a necessidade de buscar ajuda de um especialista que pudesse auxiliar no contato com os entrevistados.

Após a orientação, alguns pontos que poderiam enriquecer as entrevistas foram citados pela professora Mônica Prado por e-mail. Sugeriu-se que fossem abordadas as conversas entre os presidiários – o que falam dos programas a que assistem. Além disso, outro ponto de apoio envolve a existência ou não de brigas quanto à escolha da programação – saber se há um líder que impõem sua vontade.

Outra dica de pergunta está relacionada às conversas com a família e à possibilidade de ligação com a televisão e com os programas assistidos – questionar se, durante as conversas, falam de matérias que chamam a atenção, novelas ou mesmo sobre celebridades.

Na visita que se seguiu, as dicas foram levadas em consideração, embora não tenha havido aqui, uma reformulação do roteiro de entrevistas.

Diário de bordo 5

Mais duas entrevistas foram realizadas na tarde do dia 1º de setembro, uma terça-feira. A chegada ao presídio se deu por volta das 14h, obedecendo aos mesmos procedimentos de entrada das demais visitas.

Ainda na portaria do presídio, soube que Marcos Sloniak não poderia atender prontamente. Ele acompanhava uma turma de Direito da UDF, que visitava o local. Por rádio, o policial pediu que deixasse a estudante entrar e que ela o esperasse na sala da Assessoria de Segurança.

Cerca de 30 minutos depois, uma das policiais da portaria, Flávia Trotta Ribeiro, disse que acompanharia as entrevistas daquele dia. Isso porque ninguém tinha certeza do horário que Sloniak estaria livre. Vale ressaltar que, no dia anterior à visita, assim como em todas as outras, foi feito contato direto com Marcos Sloniak, designado para acompanhar as entrevistas, e confirmada a ida naquele horário.

Frente ao imprevisto, a estudante precisou explicar à Flávia Ribeiro como haviam sido as entrevistas até aquele momento: sempre com os detentos classificados, de acordo com a faixa etária de cada um, na sala ao lado da oficina.

Apesar disso, a policial se encaminhou para o bloco D, em busca de dois detentos que passam o dia reclusos.

A entrada no bloco ocorreu da mesma forma que no outro dia – o prédio havia sido visitado na sexta-feira anterior, dia 28 de agosto, na companhia de Marcos Sloniak. Tocou-se a campainha, ainda do lado de fora; passado o primeiro portão, seguindo pelo corredor, chegou-se ao segundo portão, no qual só é permitido o acesso de policiais. Neste horário, parte dos presos estava no banho de sol – cada ala tem um horário diferente para ir ao pátio. Flavia então seguiu para a ala da esquerda. Na porta de acesso às celas, ela mandou que a estudante entrasse em uma sala à esquerda, localizada antes do portão.

Assim que notaram a presença de uma pessoa estranha no bloco, os detentos começaram a gritar e a bater nas celas. Os policiais gritavam de volta com eles, mandando-os ficar em silêncio, mas logo a bagunça recomeçava. Foi assim durante a hora e meia que se seguiu.

Nas duas entrevistas realizadas naquela tarde foi adotado o mesmo procedimento das três entrevistas realizadas na última ida ao presídio. Foram explicados a intenção da pesquisa e os métodos a serem utilizados – tabelas de programação e telejornais. Em seguida, questionou-se quanto à possibilidade de os internos contribuírem para a monografia, assim como de a conversa ser gravada – permissão concedida pelos dois. Da mesma forma, a entrevista teve início com uma volta pelos programas não jornalísticos e, em seguida, pelos telejornais. No entanto, nem sempre essa linha de raciocínio foi seguida. Isso porque a ordem dos comentários do entrevistado foi respeitada.

Não haverá aqui uma degravação das entrevistas gravadas. Por conta da gritaria que se seguiu no ambiente durante as conversas daquela tarde, não há como precisar as palavras dos internos em todos os momentos. Assim, as entrevistas serão, abaixo, descritas.

Quinta entrevista

Após 10 minutos o policial levou à sala o primeiro entrevistado daquela tarde: um jovem de 20 anos, condenado a dois anos por tráfico de drogas, preso há seis meses – dos quais, quatro recluso no Centro de Detenção Provisória (CDP), e os outros dois meses, na PDF I. A estudante estava sentada em uma mesa, ao lado esquerdo de quem entra na sala. Flavia Ribeiro colocou o detento, algemado,

sentado ao lado da mesa, em um banco de concreto e prendeu a algema dele com outra em uma barra de ferro, atrás do banquinho. Enquanto isso, os presos das celas continuavam a gritar.

O quinto entrevistado é o mais novo dentre os outros 13 presos que residem com ele, nenhum deles com direito à classificação. Apesar de passarem praticamente todo o dia encarcerados – com exceção das três horas de banho de sol, em que ficam no pátio –, o preso disse não haver briga por conta da escolha da programação.

Jovem, o interno destacou que não deseja retornar aos estudos, apesar de ter estudado apenas até a 7ª série do ensino fundamental. “Se for para ser classificado, que seja trabalhando. Não gosto de estudar”.

A televisão fica no final da cela e é colocada em cima de baldes para evitar que molhe. De acordo com o interno, à tarde a preferência é pelo canal 17, onde os detentos assistem clipes de música. O único canal que o interno afirmou não assistir foi a TV Brasil. Mais uma vez, entre toda a programação, tem destaque programas de entretenimento: futebol, novelas, filmes, e seriados. Mas também ganham audiência programas religiosos da Globo – *Santa Missa* – e da Record – *Bíblia em Foco*.

Ao contrário do que ocorre com a programação geral, os telejornais assistidos são de apenas três emissoras: TV Brasília, Record e Globo. Entre os 10 programas classificados como telejornais, na primeira emissora, o detento disse consumir três – *Rede TV esporte*, *Esporte Show* e *Bola na Rede*. Contudo, a frequência de audiência é baixa – segundo ele, não passa de duas vezes na semana.

A Record tem cinco dos seus nove telejornais assistidos na cela do entrevistado. São eles: *DF no ar*, *Fala Brasil*, *DF Record*, *Jornal da Record* e *Balanço Geral*. Já a Globo tem uma aceitação de oito dos 14 jornais que transmite – *Esporte espetacular*, *Globo Notícias*, *Bom Dia DF*, *Radar DF*, *DFTV primeira edição*, *DFTV segunda edição*, *Jornal Nacional* e *Globo Repórter*. De ambas as emissoras, o preso garantiu consumir os 13 telejornais todas as vezes que são transmitidos, ainda que pedaços de cada um, visto que é comum a troca de um canal para outro.

Com base nesses dados, pode-se concluir que a aceitação da Record é menor que da Globo, quando comparadas percentualmente. Enquanto a Globo tem cerca de 57,14% dos seus telejornais consumidos, a Record fica atrás por menos de 2%, com uma audiência de aproximadamente 55,56% dos programas jornalísticos.

Apesar dos números, a Record continua, também na visão do quinto entrevistado, com melhores telejornais que a concorrente. “Eles falam mais detalhado do assunto. Mostram a pessoa. Na Globo não mostra, fica aquele negócio que tampa o rosto”. Apesar da argumentação, disse não saber se é certa ou errada a exposição. “Mas acaba mostrando de qualquer jeito. Melhor que mostre logo”. Quando questionado se ele gostaria de ter aparecido em alguma matéria no momento da sua prisão, demonstrou não se incomodar. “Ah, todo mundo já ia saber mesmo”.

As notícias que tratam de crimes são constantemente comentadas entre os detentos da cela do interno. “Sempre tem alguém que mora perto, conhece, ou já ouviu falar do povo que é preso”. Apesar de haver comentários sobre conhecidos que foram detidos, a maioria das conversas é sobre as mulheres dos programas e das novelas.

Em relação às matérias que tratam de violência o entrevistado disse não ter opinião formada sobre a forma como a informação é tratada, mas afirmou não gostar de acompanhar as reportagens do assunto. De acordo com ele, não há um sentimento de ofensa ou desrespeito, mas uma lembrança da família, residente no Paranoá. “Eles devem pensar em mim e que o que fiz foi errado”. O interno destacou, ainda, que não conversa com a família sobre as coisas que vê na televisão. “Quero mesmo é saber da vida deles, o que eles estão fazendo. O que menos falamos é de televisão. A não ser que alguém lá de perto de casa tenha sido preso”.

Entrevista seis

Aproximadamente 8 minutos depois, chegou o outro detento. Assim que sentou e teve a algema presa na barra de ferro, da mesma forma que o primeiro preso entrevistado aquela tarde, falou: “Não precisa se preocupar que não sou bandido como os outros com quem você conversou não”, e riu. Flávia Ribeiro imediatamente mandou que ele aguardasse as perguntas para falar.

Apesar da apreensão inicial, a conversa foi a mais longa dentre as demais – durou cerca de 55 minutos. O preso 6, de 26 anos, mostrou-se disposto a auxiliar, sempre muito articulado e desinibido. Após analisar as demais entrevistas, em que grande parte dos internos sequer cursou o ensino médio, pode-se concluir que o desenrolar da conversa foi influenciado pela formação do detento, bem como pela

classe social mais elevada. Ele é formado como técnico em agropecuária. A família, evangélica, mora na Asa Sul e tem uma boa condição financeira.

A prisão ocorreu na Vila Planalto, no dia 2 de fevereiro de 2009. Na ocasião o interno levava consigo 340g de maconha. “Uma quantidade pífia, que eu usava em um mês”. Ele foi condenado a 2 anos e 9 meses de reclusão, dos quais já cumpriu sete meses na PDF I.

Até aquela terça, dia 1º de setembro, o rapaz dividia a cela com outros 12 presos. Segundo ele, as discussões são constantes, principalmente, quando se referem a que programa assistir. “Mas a maioria manda. E raramente chega a ser uma coisa séria, até porque, se brigarmos, perdemos a TV”. O preso afirmou que as discussões auxiliam na criação de um vínculo entre os internos. “É uma coisa que eu não esperava dentro de uma cadeia. Você acaba conhecendo as pessoas quando elas não estão em uma situação favorável e percebe que, mesmo bandidos, acostumados a matar, são pessoas tranquilas”.

Nenhum dos internos residentes na cela do sexto entrevistado tem direito à classificação. Dessa forma, com exceção das cerca de três horas em que estão no banho do sol, durante todo o resto do dia os internos ficam reclusos. O grande interesse dos presos dessa cela são os programas de entretenimento. “Principalmente os que têm mulher desfilando ou apresentando”. A audiência é dividida entre esse tipo de programa e filmes, séries, novelas e futebol. Tomando por base a programação geral, as emissoras mais assistidas são Record, Globo e SBT. O detento contou que nem a TV Brasil, nem a Band pegam em sua cela – funcionam apenas quando a antena fica esticada, mas nem sempre conseguem encaixá-las. Já pela TV Brasília, não há interesse.

Apesar de os internos da cela assistirem a programas religiosos, o entrevistado alegou ver apenas aqueles que contam histórias de vida. “Fui criado em igreja evangélica e estudei a Bíblia por 11 anos. Mas tenho uma religiosidade muito particular e um respeito muito grande pela palavra de Deus. Não gosto de como eles a transmitem”.

Após a passagem pelas tabelas dos telejornais, um dado relevante foi notado: o interno confirmou a audiência a 24 programas classificados como jornalísticos. Desses, 14 são da Globo: *Globo Rural*, *Esporte Espetacular*, *Globo Notícias*, *Bom Dia DF*, *Bom Dia Brasil*, *Radar DF*, *DFTV primeira edição*, *Jornal Hoje*, *DFTV*

segunda edição, Jornal Nacional, Jornal da Globo, Globo Esporte, Globo Repórter e Profissão Repórter. Isso releva uma aceitação de 100% dos telejornais da emissora.

Seguem-se, em audiência, a Record, que tem cinco dos nove telejornais consumidos na cela. São eles: *Fala Brasil, Esporte Record DF, DF Record, Jornal da Record, Repórter Record e Câmera Record.* A análise mostra uma distância de, aproximadamente, 45% entre a aceitação obtida pela emissora e a concorrente – enquanto a Globo tem 100% de audiência para os telejornais, a Record apresentou 55,56%.

Além desses programas, cuja frequência o interno afirmou ser elevada – segundo eles, os telejornais citados são vistos sempre que transmitidos –, os presos da cela assistem, ainda, a 50% dos telejornais do SBT - *Jornal do SBT manhã, Jornal SBT Brasília primeira edição e Jornal SBT Brasília segunda edição.* Ainda há consumo do jornal esportivo *Terceiro Tempo*, da Band – isso quando conseguem prender a antena em algum lugar sem que ela se solte.

Durante toda a conversa, o interno demonstrou grande interesse por programas informativos. Ele afirmou gostar de ver a TV Justiça para ficar por dentro das leis e saber de possíveis novidades que possam afetar sua pena. “Mente vazia não faz nada. O tempo não passa quando não se tem informações aí você acaba entrando numa prisão mental e fica só pensando coisas ruins”.

O sexto entrevistado demonstrou, ainda, antipatia pelo jornal *Balanço Geral*, da Record. Segundo ele, os presos não gostam das críticas feitas pelo apresentador. “Eu basicamente não tenho problema nenhum com isso, primeiro que eu não gosto de ladrão. E outra que, querendo ou não eu estou preso, mas por algo que eu fiz errado, não foi porque alguém deixou de ir com a minha cara. Então, ele tem todo o direito de criticar. Eu só tenho que ouvir a crítica dele e filtrar. Mas os bandidos aqui não gostam de ser criticados”.

Segundo ele, a forma como a polícia transmite os crimes aos jornalistas prejudica a cobertura policial. “A polícia exagera quando apresenta os casos à imprensa para poder valorizar mais a apreensão”. Para o detento, esse é o grande problema desse tipo de jornalismo. “Os jornalistas têm obrigação de ouvir os dois lados do fato e não é o que acontece. Não é porque já está implícito que a pessoa cometeu um crime que ela é ruim, ela vive de praticar o mal, como as notícias mostram”.

Conforme o interno, familiares dele afirmam que sua apreensão foi noticiada – não soube o informar a emissora nem o jornal. “Meu irmão me disse que viu na TV”. Apesar disso, o detento afirmou não ter sido entrevistado por nenhum jornalista, e alegou que isso era desnecessário. “No meu caso acho que não faria diferença porque o que eu falasse teria que provar. Não era do meu interesse falar para não complicar mais a minha situação. E eu estaria expondo a minha família”. Frente a contradição, o preso foi novamente questionado sobre a importância da exposição de detentos nas matérias jornalísticas e se defendeu: “Acho que a pessoa deve ter o direito de escolher se quer ou não falar. Eu, se tivesse sido perguntado, ia dizer que não. Mas nem essa possibilidade é colocada para nós presos”.

Ao longo de toda a entrevista o interno demonstrou certa indignação pelo fato de estar recluso. “Só estou aqui porque as drogas não são legalizadas. Ai o que acontece? Fica nessa discussõzinha barata de que tráfico fomenta a violência. Lógico! Se eu tivesse o direito de comprar a minha maconha eu não ia financiar a arma do cara, mas a máquina pública. Prego a legalização, não de todas, nenhuma como cocaína e de papoula, que causam mais malefícios. Mas que mal há em poder comprar um baseado ou um êxtase?”.

Com base nessas afirmações, o preso foi questionado, ainda, quanto a algum tipo de arrependimento. “Só quando vejo o que minha prisão causou à minha família, mas não por estar simplesmente preso e passar pelo que estou passando, não”.

A família, segundo ele, sofre muito quando vê reportagens sobre prisões na televisão, porque lembram dele, do fato de estar preso e das oportunidades que perdeu. “De uma forma geral, o que mata a gente não é estar preso, mas a família da gente”.

Orientação com a especialista

Durante orientação recebida logo após a primeira entrevista, percebeu-se a necessidade de buscar a ajuda de um psicólogo. Isso porque, notou-se uma dificuldade em fazer com que o interno respondesse as perguntas feitas acerca da representação pessoal dele nas matérias de violência.

Ainda durante a orientação, a professora doutora Sandra Bacara foi citada como a referência a ser buscada. A psicóloga já realizou trabalhos com presidiários e poderia contribuir para a pesquisa.

Sandra se disponibilizou prontamente a contribuir para esta monografia. Durante a conversa de pouco mais de 10 minutos, no dia 15 de setembro, a professora frisou como falha principal das entrevistas realizadas até o momento, a falta de identificação dos presidiários com a que eles assistem. “Você tem que fazer com que eles se sintam parte da reportagem”. Para isso, Bacara sugeriu que fossem acrescentadas perguntas acerca de lembranças e sentimentos. “Pergunte se ele lembra de quando foi preso ao ver noticiado o mesmo crime que praticou. Ou ainda, como ele se sentiu e se essa sensação se repete quando acompanha o noticiário”. Além disso, a psicóloga destacou a formação pessoal e os estudos como uma variável influenciadora da relação dos presos com as notícias e sua representação.

Em relação à forte ligação com a família, e a vergonha declarada por boa parte dos entrevistados, a professora explicou que isso pode ter ligação com o fato de, grande parte deles, ser de classe social mais baixa. “A família tem um significado muito forte para o pobre. Eles devem pensar que não cometeram um crime contra a sociedade, mas contra a própria família”.

A professora ressaltou ainda a presença do policial – sempre há um agente acompanhando as entrevistas – como um retardador, ainda que inconsciente. “Claro que o preso não vai dizer tudo o que poderia na frente de um policial”. Segundo ela, isso ocorre por medo de represálias. “Se ele disse que sente vergonha, medo, enfim. Isso na cabeça dele significa deixar de ser homem”.

Após a conversa com Sandra Bacara, houve uma reformulação do roteiro de entrevistas (a nova sequência de perguntas de suporte à conversa estão no anexo 7). A partir dessa reformulação, decidiu-se ouvir novamente os quatro primeiros entrevistados. A intenção era completar as conversas iniciais com os questionamentos sugeridos pela psicóloga, de forma a tentar entender melhor o sentimento dos presidiários em relação à cobertura policial.

Diário de bordo 6

Os dois últimos presos a serem entrevistados foram conhecidos na tarde da terça-feira, 29 de setembro. A conversa ocorreu após a reformulação do roteiro de entrevistas – consequência da conversa com a psicóloga Sandra Baccara, descrita anteriormente.

Um dia antes, como de costume, entrou-se em contato com Marcos Sloniak para verificar a possibilidade de ir à Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I). A

visita foi marcada para 15h. A entrada no presídio, sempre obediente aos mesmos critérios de segurança vigentes no local, deu-se às 14h55. Após encontrar com Sloniak na sala da Assessoria de Segurança, seguimos para o bloco D, por volta das 15h10.

Embora, como afirmou o policial, não houvesse a intenção de permitir entrevistas com detentos sem direito à classificação – como ocorreu de forma não proposital com as entrevistas 5 e 6, no dia 1º do mesmo mês, já relatadas –, o policial alegou não possuir alternativa, visto que os demais classificados são todos maiores de 30 anos. Neste momento da pesquisa faltavam ser entrevistados um preso com idade entre 18 e 24 anos e outro na faixa etária dos 25 a 30 anos.

As conversas daquela tarde ocorreram na mesma sala das duas entrevistas anteriores, realizadas no dia 1º de setembro – localizada ao lado da grade que dá acesso às celas, onde é possível ser vista pelos presos ao entrar. O clima de tensão também foi o mesmo: os presos gritaram e bateram nas grades durante os 50 minutos em que ocorreram as conversas. De igual maneira, os policiais os mandavam parar e não eram obedecidos e, por fim, desistiam. No entanto, após a primeira experiência, dessa vez o medo não tomou conta e foi possível agir com naturalidade.

O mesmo procedimento adotado a partir da segunda entrevista foi mais uma vez seguido: passou-se por todas as tabelas de programação e de telejornais. No entanto, as perguntas foram realizadas no meio do caminho, de forma a criar um clima mais agradável e a tornar a conversa menos mecânica. Como nas outras experiências, a ordem de lembrança do interno foi respeitada, sempre voltando ao que tinha sido deixado temporariamente de lado para seguir o raciocínio do entrevistado.

Sétima entrevista

Cerca de cinco minutos após a entrada na sala, Sloniak trouxe o primeiro interno daquele dia: um menino de 19 anos, com cerca de 1,5 m, vestindo a mesma roupa branca – bermuda, camiseta e chinelos – que os demais presos reclusos o dia inteiro usam. Tímido, ele se sentou e passou os 10 primeiros minutos de cabeça baixa, respondendo sempre muito baixo. Desinibiu-se ao longo dos outros cerca de 10 minutos em que permaneceu na sala.

O jovem, condenado a 2 anos e 5 meses por tráfico de drogas, alegou ser apenas usuário de entorpecente – estava com 72 g de maconha e nenhum dinheiro. Réu primário, o juiz diminuiu a pena, levando em consideração, inclusive, a falta de provas de tráfico, segundo Marcos Sloniak. O interno foi preso há cerca de três meses, mas o julgamento havia ocorrido há um mês, quando, então, ele foi transferido do Centro de Detenção Provisória (CDP) para a PDF I.

Na cela, outros 12 presos dividem com ele a televisão, localizada ao fundo. De acordo com o sétimo entrevistado, a programação é escolhida por votação. “Nunca vi nem discussão por causa disso não”. Marcos Sloniak completou com um “por enquanto”. Questionado, disse ser natural. “Apesar de eles se respeitarem, é inevitável que haja desentendimentos, principalmente em relação a uma das coisas que eles mais fazem que é assistir a tv. Mas sabem que serão punidos se passarem da conta”.

O interesse do detento, assim como da maioria dos outros entrevistados, gira em torno de programas de auditório, novelas, séries e futebol. Apesar de católico, o preso disse não ver nenhum tipo de programa religioso na cela. Nas tabelas da programação geral, a única emissora que o interno disse não assistir é a TV Brasil. As demais ganham audiência em escalas diferentes. A menos consumida é a Band, de cuja programação o preso afirmou ver apenas jogos de futebol. Seguem-se na preferência em relação a programas não jornalísticos a TV Brasília, o SBT, a Record e a Globo.

Já os telejornais são consumidos em apenas três emissoras, também com frequências distintas: TV Brasília, Record e Globo. A primeira fica atrás na preferência dos 13 presos da cela em questão, com apenas dois dos 10 programas classificados como jornalísticos vistos: *Esporte Show* e *Bola na Rede*. Ainda assim, o consumo não passa de duas vezes por semana.

Como ocorreu nas demais entrevistas, as outras duas redes de televisão possuem maior audiência, mas dessa vez, a diferença de uma para a outra é pequena. Enquanto a Globo tem 10 dos seus 14 telejornais assistidos na cela do 7º entrevistado (*Globo Rural*, *Esporte Espetacular*, *Globo Notícia*, *Bom Dia DF*, *DFTV primeira e segunda edições*, *Jornal Hoje*, *Jornal Nacional*, *Globo Esporte* e *Profissão Repórter*), a Record tem consumo garantido de sete dos seus nove (*DF no Ar*, *Fala Brasil*, *Esporte Record DF*, *DF Record*, *Repórter Record*, *Câmera Record* e *Balanço Geral*). O interno garante que todos os telejornais citados são vistos sempre que

transmitidos. “Mas nos intervalos a gente muda de um para o outro que passam no mesmo horário para tentar não perder nada”.

Os dados revelados pelo interno apontam uma preferência de 6,35 % da Record em relação à concorrente – enquanto a primeira tem aceitação de aproximadamente 77,78 % dos programas jornalísticos, a Globo recebe a audiência de 71,43 %. A preferência é demonstrada, ainda, pela reação do presidiário ao comparar os jornais das duas emissoras. “A Record explica mais. Na Globo é tudo muito rápido, não mostram tudo o que tem para mostrar”.

Em relação às matérias, o interno não soube apontar uma pela qual se interessa mais. No entanto, demonstrou desconforto quando questionado acerca daquelas que tratam de violência. Segundo o detento, toda vez que vê lembra-se de quando foi preso. “Mas dizem lá na cela que é porque tem pouco tempo. Jazinho passa né”. A prisão não foi noticiada por nenhum veículo de comunicação. “Ainda bem. Não queria que todo mundo ficasse sabendo que fui preso pela televisão não”. Ele destacou achar a exposição desnecessária, mas concorda que os crimes sejam noticiados. “As pessoas merecem saber se alguém foi preso perto de casa, mas para que aparecer o preso?”.

Apesar de estar preso, o interno disse não sentir arrependimento. “Eu nunca trafiquei. Só cheirava um pó de vez em quando, que mal tem?”. Além disso, o preso contou que era sozinho e estava desempregado. Por isso, a detenção não representa um prejuízo tão grande para ele. “Fui filho adotivo e minha irmã nunca me aceitou. Aí, aos 14 anos, saí de casa e fui morar sozinho. Parei de estudar na 6ª série e, até meus 18 anos fui menor aprendiz e pagava meu aluguel. Depois nunca consegui arrumar emprego e fiquei vivendo de favor”.

O presidiário ressaltou que a única pessoa que o visita é a prima. Durante os encontros, os dois conversam, apenas, sobre o que diz o advogado e como estão as pessoas conhecidas, nada relacionado à programação televisiva “É que ela não fica muito tempo, tem sempre que trabalhar”. Contudo o preso confirmou que o fato de ver televisão o ajudou quando chegou na PDF I, um mês antes da entrevista. “Não conhecia ninguém, ai tinha assunto para começar uma conversa”.

Entre os internos, segundo o jovem, as conversas giram em torno sempre de mulheres, times de futebol, pessoas conhecidas que foram presas como ocorreu a prisão. “A gente vive falando das mesmas coisas. Mas é melhor que não ter com

quem conversar”. Além disso, o interno afirmou que são recorrentes conversas sobre como fazer drogas – todos os internos da cela dele são acusados de tráfico.

Encerrada a entrevista, o interno levantou-se. Sloniak seguiu atrás dele, dizendo. “Sai dessa vida filho. E acaba com esse rancor da sua irmã ou você vai acabar fazendo besteira”.

Entrevista oito

Cerca de 5 minutos se passaram até que entrou o último dos entrevistados, um rapaz de 26 anos, de estatura média e aparência branda, que não inspirava medo. Ao entrar na sala, por volta das 15h40, ele respondia a algumas perguntas que Marcos Sloniak lhe fazia sobre os motivos da prisão.

O interno está recluso há um ano e um mês, dos quais, nove meses no Centro de Detenção Provisória (CDP), onde aguardou o julgamento – os quatro restantes foram cumpridos já na PDF I. O detento, condenado a oito anos e seis meses de prisão, traficava drogas e se associou a outras duas pessoas para comercializar entorpecentes. O policial que acompanhava a entrevista explicou que o crime de associação é análogo à formação de quadrilha. “Quando mais de duas pessoas se juntam para roubar, falamos que formaram uma quadrilha. Já para vender drogas, chamamos de associação”.

Ele se sentou no mesmo banco de concreto em que foram acomodados os demais entrevistados sem direito à classificação. A algema que prendia suas mãos, como ocorreu com os outros, foi presa na barra de ferro localizada atrás dele. O desconforto com a posição em que ele se encontrava era aparente, transparecido pelo jeito tímido de falar logo no início – fator que mudou, gradativamente, ao longo da conversa.

Como tentativa de desinibi-lo – uma estratégia para fazer com que, inclusive, a conversa fluísse melhor –, mas também para tornar clara a intenção da pesquisa, de forma que o entrevistado entendesse as motivações para as perguntas, explicou-se os procedimentos a serem utilizados. Ressaltou-se, ainda, a não citação do nome dele, bem como a não publicação do que seria dito ali, restringindo o relato à utilização acadêmica.

Após as devidas explicações, deu-se início à passagem pela tabela de programação. Nas demais entrevistas, percebeu-se que, durante as perguntas sobre quais programas são consumidos pelos internos, o preso se torna mais espontâneo

e começa a fazer comentários que abrem portas às perguntas de análise, contidas no roteiro.

Mais uma vez, os canais mais assistidos são a Record e a Globo. Além disso, ganham audiência entre os 15 detentos da cela – o número inclui o entrevistado – a TV Brasília e o SBT – de acordo com o preso, a TV Brasil e a Band não pegam na cela. Outra semelhança com as demais entrevistas realizadas diz respeito à programação consumida: além dos telejornais, os internos assistem a novelas, a filmes, a programas de auditório, a futebol e a seriados.

Dentre as emissoras que funcionam no aposento do presidiário, somente os telejornais do SBT não ganham audiência. Apesar disso, os canais mais assistidos são a Globo e a Record – da TV Brasília, somente um jornal, o *Bola na Rede*, é visto. A preferência, no entanto, é pela TV Globo com um consumo, segundo o detento, de 11 dos 14 programas qualificados como jornalísticos. São eles: *Globo Rural*, *Esporte Espetacular*, *Globo Notícias*, *Bom Dia DF*, *Bom Dia Brasil*, *Radar DF*, *DFTV primeira edição*, *Jornal Hoje*, *DFTV segunda edição*, *Jornal Nacional* e *Globo Esporte*.

Já a Record tem seis dos nove telejornais assistidos na cela do entrevistado: *DF no Ar*, *Fala Brasil*, *Esporte Record DF*, *DF Record*, *Jornal da Record* e *Balanço Geral*. Comparando percentualmente as preferências, nota-se que a Globo está cerca de 12% à frente da concorrente – enquanto a primeira possui 78,57 % aproximados de aceitação na cela dos interno, a Record alcança cerca de 66,67 %.

A primazia da Globo é confirmada pelas declarações do interno. Ele destacou como jornal local predileto o *DFTV* – dos noticiários nacionais o melhor, na opinião do entrevistado, é o *Jornal Nacional*. O interno caracterizou o telejornal global como mais completo, atraente e informativo que o da concorrente. “Na Globo as matérias são mais claras, dá para entender melhor. Na Record, além do cenário ser feio, eles enrolam demais”.

A programação é escolhida por votação, mas nada que termine em briga, conta o detento. Por vezes, relatou o interno, as cenas televisionadas causam alvoroço na cela. “Quando vemos uma pessoa que foi presa e alguém conhece, ou uma mulher muito gata, ou mesmo uma cena da novela. A cadeia parece que treme”. Entre os principais comentários dos internos estão as cenas das novelas, as prisões e apreensão, principalmente por tráfico de drogas – todos os reclusos na cela dele foram acusados do crime.

O grande interesse do detento ao assistir telejornais é saber do mundo fora da prisão. “Principalmente se teve uma nova lei que muda alguma coisa para gente aqui dentro”. Um aspecto notável durante o relato do interno é a periodicidade no consumo televisivo. “Vemos sempre as mesmas coisas. A não ser que tenha algo muito diferente passando, sei lá, como a Copa, no ano que vem”.

O telejornal, além de servir de fonte de informação, faz com que o interno lembre o dia em que foi preso. No entanto, o sentimento de perda e desespero que tomou conta dele na época não é mais recorrente. “Nos primeiros meses, quando eu lembrava o dia em que tudo aconteceu, entrava em pânico porque ficava pensando que minha vida tinha acabado e não daria para fazer mais nada. Mas hoje já passou um tempo e não penso mais assim. Sou novo e ainda terei tempo de viver quando sair”.

De acordo com o detento, a prisão dele ocorreu na porta de casa. “Eu não estava com a droga, mas prenderam dois que guardavam os bagulhos para mim. Eles me entregaram, aí me prenderam um tempo depois, algumas horas, quando eu estava saindo”. Segundo o presidiário, a prisão dele foi noticiada pelo *DFTV*. “Meu pai ficou sabendo de tudo pela televisão”. Advogado, o pai do rapaz ficou revoltado e negou-se defendê-lo. “Só agora ele acompanha meu caso”.

Apesar dos transtornos que a divulgação de sua prisão ocasionou, para o presidiário, noticiar prisões não é errado. “As pessoas têm o direito de ficar sabendo se foi presa uma pessoa perto da casa delas”. Apesar de pensar dessa forma, o interno ressaltou que não gostaria de ter sido entrevistado. “Sei lá se poderiam usar contra mim no tribunal as coisas que eu falaria para o repórter”.

Em relação ao tratamento destinado às pessoas que são presas, pelos jornalistas, o detento disse não ver problemas na linguagem nem na abordagem utilizadas, de forma geral. “Tem repórter e repórter. Tem gente que julga sem saber o motivo, porque e como foi feito tudo”. Ele disse isso se referindo à Record, emissora que qualificou como sensacionalista. “Eles inventam para aumentar a audiência”. Questionado se acreditava que isso também não ocorria na Globo o preso respondeu negativamente. “A Globo só fala o que aconteceu e pronto. A Record fala do mesmo fato, mas parece que coloca um monte de coisas que não tem nada a ver”.

Ao ser libertado, o preso destacou como prioridade em sua vida voltar a conviver com seus filhos – um com seis anos e uma de quatro. As crianças são fruto

do relacionamento com mulheres diferentes. O menino mora no Riacho Fundo e a filha, no Guar. Antes de ser preso, o entrevistado residia na casa dos pais, na Vila Planalto. Apesar da distância, ele destaca que via as crianças, pelo menos, três vezes na semana. “As mães deles os trazem aqui às vezes. Mas não gosto que eles fiquem vindo aqui sempre. Não  lugar de criança”.

O interno recebe visitas semanais dos familiares. “Minha mãe vem sempre, minha irmã e meu pai, menos vezes”. Durante os encontros, o preso afirmou conversar sobre tudo. “Falamos da vida de todo mundo e das coisas de que gostamos na televisão, como por exemplo, quem ganhou o *No Limite*, ou o cara que trai a mulher na novela”.

Entre as várias vontades que o interno deseja satisfazer após o cumprimento da pena ressaltou, ainda, a conclusão dos estudos. “Quando estudava reprovei umas 4 séries. Aí cheguei no 2 ano do 2 grau e engravidei a mãe do meu filho. Tive que parar de estudar para trabalhar e mandar dinheiro para ela”. Como não encontrava emprego, observou ele, o tráfico foi a opo.

Após essa declarao, o entrevistado saiu da sala de cabeça baixa, guiado por Sloniak. O policial seguiu pelo corredor conversando com o interno, dizendo-lhe: “Vê se na hora que você sair, procura um emprego de verdade. Não fica nessa vida não, que você está vendo que não vale a pena”.

3.3 Análise crítica

Durante aproximadamente dois meses, foram realizadas seis visitas  Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I). Em cinco delas, conversou-se com oito presos, em um total de 12 entrevistas. Ouviu-se histórias de vida, sentimentos e a relao de cada um com a televisão. Vivenciou-se as mais diversas situaoes que culminaram em diferentes sentimentos e percepoes.

Notou-se que, por vezes, a articulao e a naturalidade nas entrevistas foram prejudicadas pelo ambiente e pelas circunstâncias. O lugar, visivelmente hostil, nada acolhedor, inspirou receio mesmo antes da entrada. Além da preparao emocional necessária para enfrentar um ambiente tão peculiar, foi preciso pensar, inclusive, na vestimenta. Foram utilizadas, nas visitas, calças largas, camisetas fechadas, cabelo preso e nenhuma maquiagem. A inteno era chamar a menor ateno possível.

Ainda assim, a entrada de uma mulher desconhecida foi suficiente para instigar os detentos – como foi descrito nas entrevistas de 5 a 8, quando os outros internos que estavam nas celas gritavam e batiam nas grades. Além do lugar nada convidativo, o desenrolar de algumas conversas também despertaram temor. O principal momento de apreensão ocorreu na re-entrevista 1, em 19 de outubro, relatada anteriormente. Antes disso, o mesmo sentimento esteve presente, também, nas conversas 5 e 6 – primeiras realizadas no bloco, com internos não classificados.

As variáveis, certamente, representaram fatores inibidores, que prejudicaram, visivelmente, o desenrolar das conversas citadas. Isso porque as conexões que poderiam levar a perguntas determinantes deixaram de ser feitas, devido ao estado de tensão que se instalara.

Por esses motivos, assim como pelas razões já destacadas no decorrer dos relatos – impossibilidade, nas quatro primeiras entrevistas, de conseguir apreender do detento sua representação nas matérias de violência, assim como ausência de perguntas esclarecedoras –, a primeira entrevista foi refeita. Para a quinta e a sexta, no entanto, não houve permissão da penitenciária em retornar, alegando que o limite combinado no início já havia sido ultrapassado. Apesar disso, ao longo das conversas, algumas estratégias, também já identificadas – tais como dar voz ao preso, sem obrigá-lo a seguir a ordem da programação, assim como as perguntas sugeridas em encontros de orientação – foram adotadas nestas duas entrevistas. Assim, elas notadamente estão mais completas que as anteriores e as informações nelas contidas, ainda que não tão abrangentes como as re-entrevistas com os presos classificados, são suficientes para a análise aqui proposta.

Os sentimentos que, por vezes, tomaram conta da estudante, não foram, no entanto, os únicos fatores prejudiciais às entrevistas. É válido ressaltar a presença, ainda que não constante, de um ou mais policiais nos locais em que ocorreram as conversas – por vezes o policial acompanhante saía de sala, mas estava sempre atento a imprevistos. Como destacou a psicóloga Sandra Baccara, o fato de haver por perto uma pessoa com autoridade para punir o detento, naturalmente impede o entrevistado de declarar tudo o que pensa e sente, com medo de ser além de castigado, ridicularizado. Porém, esse fator não pôde ser descartado e nem poderia. Um exemplo dessa necessidade de acompanhante foi ressaltado na última das entrevistas – correspondente à 12ª conversa, ou 1ª re-entrevista. Esse foi um dos

poucos momentos em que se esteve sozinha com um presidiário e, durante o encontro, o interno, nervoso, quase agrediu a estudante.

Contudo, percebeu-se que, sozinhos, os relatos, não trazem uma reflexão apropriada do que se pretende fazer. Retomando à terceira fase da hermenêutica de profundidade, segundo John Thompson, é necessário interpretar a realidade. O que ele denominou, também, de re-interpretação, visto que, cada indivíduo declara, por sentimentos e palavras, a própria noção de realidade.

Para realizar a interpretação de forma coerente e completa, optou-se por analisar alguns pontos, que, ao longo das entrevistas, mostraram-se determinantes na relação do presidiário com a televisão e com a mídia. São eles: idade, grau de instrução, situação familiar, ambiente de convívio no presídio, interesse televisivo e representação na mídia.

Idade

As idades dos detentos, na ordem em que os presidiários foram entrevistados, são: 36, 34, 28, 31, 20, 26, 19 e 26 anos. O aspecto revelou peculiaridades de cada faixa etária. Percebeu-se, na quinta entrevista – o interno de 20 anos –, colocações menos elaboradas que a dos outros seis presos com idades superiores a 25. O mesmo notou-se com o penúltimo detento, de 19 anos.

O bloqueio foi sentido, não apenas na articulação da ideias, que acarretaram em respostas mais curtas e, conseqüentemente, entrevistas menos demoradas, mas também nos gestos e maneiras de se expressar. Questionamentos sobre alguns temas, como o dia da prisão, como isso ocorreu e o motivo de terem entrado para o crime foram recebidos pelos dois rapazes com vergonha aparente, demonstrada pela voz baixa, o olhar sempre para o chão e pouco ou nenhum gesto, no máximo, leves balaços de cabeça.

Entre os demais presos, não foi reparada uma influência direta da idade na forma de se expressar. A qualidade dos relatos, com base neste aspecto, seguiu a mesma linha, tanto na faixa etária dos 25 a 30 anos, como na seguinte, de 30 a 45 anos.

Apesar de todos assistirem a uma programação de certa forma homogênea, os interesses revelados diferem em cada faixa etária. Os detentos de 19 e 20 anos declararam gostar de ver desenhos na parte da manhã, e programas de clipes musicais, à tarde. Nenhum dos demais entrevistados destacou essa programação.

O motivo que os leva a assistir jornal também revelou alguns pontos divergentes. Todos relataram desejar saber o que acontece na cidade. No entanto, detentos com idades entre 25 e 30 anos afirmaram buscar conhecer modificações na lei que possam influenciá-los de alguma forma. Os mais velhos, de 30 a 45 anos, destacaram a preocupação com o que ocorre nas regiões em que vivem os familiares como uma das razões para se assistir aos noticiários. Os mais novos não expuseram nenhuma preocupação desse tipo, sempre dando a entender ver o que os outros querem e como forma de diversão.

Grau de instrução

Durante os relatos das doze entrevistas é possível perceber que apenas um dos internos, o sexto, concluiu o ensino médio e se especializou – é técnico em agropecuária. O detento 8 estudou até o 2º ano do ensino médio, e o quarto termina o 3º ano, no presídio, em dezembro de 2009.

Entre os demais, apenas o primeiro terminou o ensino fundamental. O segundo largou os estudos na 1ª série para ajudar em casa, mesma situação experimentada pelo terceiro. Os demais, quinto e sétimo, concluíram até a 7ª série, mas pararam de estudar por conta própria.

O grau de instrução dos internos foi o aspecto que aparentemente mais distinguiu um do outro. Notou-se que, os internos com menos estudo respondiam mais prontamente às perguntas, sem pensar na elaboração de respostas. Simplesmente diziam o que lhes vinha à cabeça.

Além de menos elaboradas, as declarações foram menos conexas, abriam mais brechas a novas perguntas e exigiam mais atenção, visto que, por vezes, ocorreram contradições. As incoerências, no entanto, aconteciam visivelmente, por uma má explanação das ideias, uma tentativa de se fazer entender, ao mesmo tempo que se pretendia impor respeito, por meio de palavras de uso não comum no dia-a-dia do preso.

Os quatro presidiários com mais estudo – está-se considerando os presos 1, 4, 6 e 8 –, mais articulados, trouxeram respostas mais elaboradas, em que ficava claro o ponto de vista, bem como a situação relatada. Com eles, notadamente, os diálogos foram mais produtivos, visto que a conversa não se esgotava em monossílabos, sendo desenvolvido o ponto de vista, sem que fosse necessário

insistir e reformular a pergunta já feita mais de uma vez, até que se obtivesse uma resposta.

As distinções na articulação e exposição das ideias refletiram-se nas percepções individuais sobre o jornalismo e a relação de cada um com ele. Para os menos instruídos foi difícil apontar problemas e soluções à cobertura policial, com alegações vagas, sempre de apoio ao que se faz nos telejornais. Eles se mostraram menos exigentes quanto à qualidade das notícias e o posicionamento dos repórteres. Os internos com mais estudo revelaram comparações mais complexas entre as programações e as abordagens, com um grau mais avançado de contestações entre o que se noticia.

Os motivos para se buscar os meios de comunicação, como se notou, também sofrem influência do grau de instrução. Detentos mais instruídos afirmaram um desejo de tomar conhecimento de leis que possam modificar a situação deles. Outra peculiaridade no interesse foi destacada pelo preso 4, único que afirmou assistir a TV Brasil.

Situação familiar

Os presos de 20 e 19 anos – entrevistas 5 e 7, respectivamente –, dentre os entrevistados, são os únicos que não têm filhos. Eles foram os que manifestaram menor inquietação em relação aos sentimentos das famílias com suas prisões. Também não demonstraram grande preocupação com a possível lembrança que as matérias de violência poderiam instigar nos familiares.

A família do interno 5 reside no Paranoá e o visita sempre. Apesar da saudade e lembrança afirmadas pelo interno, ele não demonstrou grande preocupação com o que se passa na cabeça dos familiares em relação a ele. Já o sétimo entrevistado vive uma situação familiar única, entre os presos com os quais se teve contato. O jovem foi adotado, mas afirmou não ser aceito pela irmã. Assim, saiu de casa aos 14 anos, e nunca mais voltou. Ele destaca que todos sabem de sua prisão, mas apenas a prima o visita.

Essa falta de inquietação em relação à família é, inusitadamente, experimentada também pelo interno 3. Aos 28 anos, o preso tem três filhos que o visitam esporadicamente. Ele se relaciona com a mãe dos filhos, mas não é casado. O detento, acusado de quatro assaltos, foi o interno que o policial Marcos Sloniak disse ter alma de bandido. Nota-se, portanto, que a relação com o crime não o deixa

se sentir culpado pelos transtornos que sua prisão deve ter provocado entre os pais, companheira e filhos.

Para os outros cinco internos, a família recebe uma importância aparentemente maior que para os demais. Foi comum durante as conversas com os presos 1, 2, 4, 6 e 8 referências aos familiares, com expressões de arrependimentos por fazê-los passar pela experiência de ter um ente querido preso. Além disso, parte deles ressaltou se interessar por notícias que falem das cidades em que moram as famílias, com grande preocupação sobre acontecimentos ocorridos próximos a residências, assim como sobre a criminalidade nas regiões.

De acordo com a psicóloga Sandra Baccara, o valor da família pode estar relacionado tanto com a situação financeira como com os princípios individuais de cada um. “A família tem um significado muito forte para o pobre. Eles devem pensar que não cometeram um crime contra a sociedade, mas contra a própria família”.

O primeiro entrevistado passa por sua segunda experiência carcerária. Divorciado, não vê os filhos desde que foi preso a primeira vez, em 1998. Isso porque a mulher, contou o interno, foi embora para Tocantins com as crianças. Antes disso, porém, ela teve um caso com o pastor da igreja que o casal frequentava. O pai e a irmã o visitam quinzenalmente, assim como a namorada que arrumou após o divórcio. O arrependimento visível na voz e na feição triste do interno tem relação direta com a família, em especial com os filhos. Da mesma forma, ele demonstrou uma inquietação com as notícias sobre violência que, para ele, fazem a família se lembrar que ele está preso e o motivo disso.

Preocupação semelhante com a família pode ser ressaltada do segundo presidiário. Apesar disso, a situação dele é diferente. Casado, com dois filhos, a mulher o visita quinzenalmente e não leva as crianças por escolha do pai, que não deseja ver os filhos em um ambiente daqueles. O incômodo da família com a cobertura policial foi ampliada com a notícia sobre sua prisão, coberta por três jornais locais. Segundo ele, a esposa guarda a matéria até hoje em casa.

O entrevistado 4 é filho de um ex-policia e sempre teve apoio de todos de casa após o homicídio pelo qual é acusado. Segundo ele, a convivência com a família permanece boa, como sempre foi. Não é casado, mas tem uma filha de 7 anos. Sente-se incomodado, como relatou, com algumas expressões utilizadas na cobertura policial. E envergonha-se pela família quando lembra do ocorrido – o que,

apesar de não ocorrer sempre, garantiu acontecer quando vê algumas matérias de crimes, em geral.

A família do sexto detento, segundo descrição dele, mora na Asa Sul e tem uma boa condição financeira. Ele, com emprego na área de agropecuária – na qual é técnico –, tornou-se traficante. Embora não ache errado vender certos tipos de drogas, o preso destacou ser grande o arrependimento pelo que fez por conta da mãe, que sofre muito com sua prisão. Ela, conta o interno, lembra disso sempre, principalmente quando vê noticiadas prisões por tráfico de drogas.

Este foi o único, dentre os entrevistados, que morava no Plano Piloto e afirmou ser de uma família com situação financeira estável – apesar de alguns outros afirmarem que não passavam por necessidade. No entanto, além da condição financeira da família, o preso 6 destacou que todos são evangélicos tradicionais. Isso remete à segunda afirmação da psicóloga, segundo a qual os princípios de cada um são determinantes nas relações familiares.

O último entrevistado tem dois filhos que o visitam esporadicamente com as mães de cada um. Além disso, a família também está semanalmente no presídio para vê-lo. Segundo o detento 8, a programação da televisão pauta algumas conversas com os familiares. O pai, advogado, soube de sua prisão pela televisão e não o defendeu no julgamento, tendo assumido o caso há poucos meses. Percebe-se, neste caso, situação semelhante à experimentada pela 2ª entrevista, em que a cobertura jornalística representou um problema com a família, da mesma forma, com grande peso para o interno.

Ambiente de convívio no presídio

Ao longo dos relatos, são diversas as condenações, desde dois anos de reclusão a até 30 anos. Além disso, a maior parte – 5 entrevistas – foram realizadas com traficantes de drogas. Isso ocorreu por uma determinação do presídio, que não permitiu acesso aos internos com crimes mais diversos e considerados pela estudante como mais atrativos a essa pesquisa como pedofilia, estupro, entre outros.

Pode-se, porém, notar mais uma familiaridade entre os entrevistados. A primeira metade deles são classificados, ao contrário dos outros quatro seguintes. A possibilidade de trabalho dentro do presídio, não se relaciona apenas à ociosidade, ou não, mas a toda a realidade experimentada pelos internos.

O preso com direito à classificação fica, sempre, em celas com outros classificados, somente. Isso, de acordo com o policial Marcos Sloniak, deve-se a uma questão de segurança, visto que, presos em geral, não veem com bons olhos os classificados – acreditam que eles têm regalias por conta de amizades com policiais. Os classificados que trabalham dentro dos blocos residem em uma cela separada dos demais internos, em ambiente para oito pessoas, em que normalmente ficam entre 12 e 15 presos. Aqueles que fazem serviços do lado de fora dos prédios, moram no bloco E, em celas com quatro ou cinco detentos.

Vale ressaltar que os presidiários que passam o dia reclusos recebem visitas semanais, enquanto os classificados veem os familiares a cada 15 dias. Além disso, os classificados têm acesso a outras áreas do presídio que não se restringem às celas e ao pátio, como os internos comuns. Estes últimos têm direito a 3h diárias de banho de sol.

Nas entrevistas, a realidade de cada um se refletiu, tanto na quantidade de programas assistidos, como também no tipo de interesse deles. Entre os classificados, é grande o consumo de jornais, que estão entre a preferência. Já os presos comuns destinam importância elevada a programas de auditório, em especial com mulheres bonitas. O futebol, a novela e os filmes são relevantes em ambos os casos.

Como não trabalham, os internos que passam o dia reclusos assistem a muito mais programas que os outros considerados. Isso se reflete em uma maior diversidade na programação, que vai desde desenho animado, passando por programas de clipes musicais, e de receitas, a novelas, filmes, séries, jornais e futebol.

Além disso, percebeu-se que os classificados realizaram comparações entre os jornais e as notícias consideradas melhores, apesar de, nem sempre, serem análises profundas. Dessa forma, fica claro que o trabalho e a convivência com outras pessoas que não os presos da cela e os outros no pátio – os classificados têm contato com os policiais – influencia a capacidade crítica e de analogias dos detentos – embora, como já se destacou acima, essa capacidade seja relacionada muito mais ao grau de instrução.

Interesse televisivo

Além da já citada audiência a programas de auditório, novelas, futebol, filmes e séries, os entrevistados consomem uma quantidade elevada de telejornais.

Notou-se que a Record tem a preferência de cinco entrevistados (os 1º, 2º, 3º, 4º e 7º), enquanto apenas três afirmaram priorizar os jornais da Globo. O balanço percentual dos gostos de cada detento aponta um panorama geral dos telejornais mais consumidos entre eles. A Record sai na frente com 61,15 % de consumo e a concorrente, atrás 3,115 %, tem 58,035%.

Apesar da maior audiência da Record, houve quem relatasse confiar e gostar mais do jornalismo da Globo. O contrário também esteve presente. A contradição pode ser explicada pela forma como ocorre a escolha dos programas, por votação entre os internos. Dessa forma, nem sempre a preferência individual é respeitada.

Outro aspecto notável, colocado pelos presos nos relatos, refere-se à veracidade do que é noticiado. Eles colocaram em questão algumas informações transmitidas. Em todos os casos eles alegaram comparar as notícias entre os telejornais e notar divergências. Não há um consenso em relação à qual emissora respeita mais os acontecimentos, sem exageros e invenções. Mas ambos os aspectos foram citados pelos detentos como integrantes da programação jornalística assistida. Para eles, a busca pela audiência motiva o sensacionalismo.

Apesar do alto consumo de telejornais, no entanto, os programas de entretenimento continuam na frente. Inclusive, são a pauta principal de conversas entre os detentos, nas celas. As notícias, principalmente de prisões, são também muito comentadas entre eles, conforme as conversas mostraram.

Os relatos, além de destacar as preferências dos presos, explicitam a situação ativa deles em relação aos produtos televisivos. É possível notar as livres escolhas e as comparações realizadas por eles. Os internos estão constantemente sobre a mira da programação, que serve como janela para o mundo ao qual perderam o direito de acesso.

O grande interesse ao buscar a janela dos telejornais é saber o que se passa no mundo. Entre as necessidades satisfeitas pelos programas jornalísticos ,os entrevistados destacaram a intenção de conhecer as melhorias que têm sido feitas pela cidade, assim como o grau de criminalidade nas regiões em que a família reside. Foi afirmada, ainda, a vontade de conhecer as leis, como forma de avaliar se pode ou não haver alguma modificação no caso de cada um.

Percebe-se, portanto, que a televisão, em especial os jornais e a notícias, são formas de inclusão, e não exclusão, como se imaginou de início. O fato de discordarem, como foi relatado e será abordado mais adiante, da linguagem utilizada em alguns casos, não implica em um sentimento de eliminação como cidadãos. Pelo contrário, apesar de saberem de suas limitações como sujeitos agentes no mundo, visto que estão privados da liberdade, sentem-se incluídos com o acesso que lhes é permitido ao mundo fora da prisão.

Representação na mídia

As doze entrevistas realizadas, ao contrário do que foi imaginado quando se optou pelo tema, evidenciam que os presidiários não se sentem representados diretamente pela cobertura policial. Apesar disso, quando em contato com esse tipo de notícia, há em muitos casos, lembrança do momento da prisão. Isso fica confirmado pelas palavras desrespeito, vergonha, lembrança e arrependimento, citadas com frequência durante as conversas.

Metade dos internos, os entrevistados 2, 4, 6 e 8, afirmou ter tido a prisão noticiada. Porém nenhum deles foi entrevistado. Desses, apenas o 4º preso disse que gostaria de ter sido ouvido. O interno 5 tem a mesma opinião, não desfrutada pelos demais.

Ao abordar a exposição de presos na mídia, bem como o momento das prisões, ficou explícita a contradição de ideias e desejos deles em relação ao assunto. Como se pode notar nos relatos das conversas, foram comuns declarações de que se concorda com a cobertura de prisões, que as pessoas detidas deveriam ser ouvidas. No entanto, seis internos afirmaram não desejar aparecer em veículos de comunicações na situação citada. De forma geral, o que se pode depreender é um sentimento de culpa e vergonha com a própria exposição.

O valor do jornalismo é considerado por todos. Nenhum deles criticou o fato de a notícia ser dada. Para eles isso é um serviço importante para a sociedade. Todos consideram a liberdade de imprensa como um valor a ser preservado. Atacam, porém, a maneira como isso ocorre.

Para os detentos, o principal problema da cobertura jornalística refere-se a polícia. Segundo eles, os policiais que realizam as prisões aumentam os acontecimentos como forma de tornar as apreensões mais relevantes. Da mesma forma, os internos recriminaram os jornalistas que acreditam, de acordo com a

percepção deles, em todas as informações que lhes é passada pela polícia. Outro aspecto levantado por eles, já citado no tópico anterior, diz respeito à busca por audiência, que motiva, muitas vezes, invenções por parte dos veículos de comunicação.

Além da questão da exposição de presos, outra variável abordada durante as entrevistas foi a linguagem utilizada na cobertura policial. Eles se dividem quanto ao incômodo, ou não, com o tratamento que é destinado pela mídia a pessoas que cometeram crimes. Três deles, os presos 1, 2, e 3, disseram se sentir desrespeitados com expressões utilizadas, que, segundo eles, deturpam suas imagens. No entanto, os demais não veem problemas nem na linguagem destinada pela imprensa, nem na abordagem desse tipo de matéria.

4 Conclusão

A pergunta proposta a esta monografia pretendia responder como os presidiários se sentem representados na cobertura jornalística televisiva sobre crimes e violência. Ao longo das doze conversas realizadas com os presidiários da Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I), percebeu-se que essa sensação de representação não existe entre os presos. O que há, diante desse tipo de notícias, é uma lembrança do momento da prisão, assim como do sentimento experimentado quando da captura, entre parte deles. Alguns, como se pôde notar durante os relatos, afirmam ter apagado da mente as lembranças e sentimentos, ora como forma de evitar sofrimento, ora como consequência do tempo já passado, que se encarregou disso.

Contudo diversos aspectos podem ser ressaltados. Um deles é a satisfação de uma necessidade veemente de se sentir incluído no mundo transcendente às paredes do presídio como motivação para o consumo de noticiário. Isso é explicado pela teoria dos usos e gratificações, segundo a qual o receptor não é passivo, e busca algo ao dar audiência aos meios de comunicação. A teoria explicitou, ainda, que a atenção dada pelo público não é homogênea, variando conforme o grau de interesse. Isso se reflete na apreensão de cada um sobre o que é transmitido.

Além dessa variável, são relevantes as conversas entre eles e com os familiares. As entrevistas mostram que muitos assuntos discutidos relacionam-se à cobertura policial, especialmente, sobre conhecidos presos e a maneira como ocorreu a prisão. Os comentários abrem espaço a outras conversas sobre, por exemplo, como fazer drogas e retorno ao crime quando liberto. Os diálogos não tratam, no entanto, somente do que é transmitido pelos jornais. Isso ocorre, também, em relação ao restante da programação, como novelas, programas de auditórios e demais entretenimentos.

A teoria que aborda essa questão é o agendamento, também chamado de *agenda-setting*. De acordo com a hipótese, os temas em discussão na sociedade estão diretamente ligados ao que a mídia aborda. A não inclusão de determinados assuntos, neste caso, e também uma forma de agendamento.

Para parte deles, as paredes do presídio são o limite. Alguns têm a cela e o pátio como únicos ambientes de convívio e outros presos como principais

companhias diárias. A ambiente hostil está superlotado. Nas celas do bloco D, onde residem os quatro últimos entrevistados, abriga-se, atualmente, entre 12 e 15 detentos, em um espaço destinado a oito.

Classificados recebem visitas a cada 15 dias. Quem não tem direito à classificação pode ver a família e amigos semanalmente. No mais, a convivência restringe-se a desconhecidos, que se orgulham dos crimes cometidos e planejam retornar à vida que deixaram de fora após reconquistar a liberdade. No mais, tem-se contato, ainda, com policiais, nada amigáveis, por vezes desrespeitosos, que pretendem disciplinar a gritos e pauladas, e acabam incentivando o retorno ao crime. Esses aspectos combinados culminam em pessoas rancorosas, reprimidas, que, ao mínimo sinal, podem se tornar perigosas.

A mídia e suas exibições desregradas não são a base dos descontentamentos, mas sem dúvida um alicerce de muita influência. Exemplo disso são os percalços enfrentados por alguns frente à exposição não autorizada. Assim também o são sentimentos de desrespeito e vergonha acarretados, notados em algumas referências.

Deve-se preservar a liberdade de imprensa, assim como o acesso à informações de interesse público, como de fato o são notícias de prisões e crimes. No entanto, o valor pessoal de quem é exposto não deve ser deixado de lado. A restrição da liberdade já é, por si só, na visão do Direito Penal, uma punição. No entanto, o direito de imagem do detento, regulamentado pelo artigo 20 do Código Civil, deve ser preservado. Segundo a regulamentação, o uso da imagem de um acusado – antes de ser julgada e condenada, é essa a condição da pessoa – é permitido, apenas, quando necessária a manutenção da segurança pública, que não é o caso quando já se prendeu alguém.

Com base nisso, pode-se concluir que a mídia ultrapassa limites impostos pela legislação, mas sai impune. Prejudicados são os presidiários, de quem se fala diariamente nos jornais, com cuidado nenhum e que, ainda que não sejam condenados, passarão o resto da vida marcados pela prisão, ainda que indevida.

Assim, fica a pergunta: porque a imagem de crianças e adolescentes é preservada, assim como a de pessoas que não desejam aparecer frente a câmeras, e o direito dado a quem é preso não? Para todos existe uma regulamentação, mas o respeito existe apenas em alguns casos. Ainda que tenham cometido crimes e mereçam ser punidos isso não tira deles a condição de pessoa e de ser humano.

5 Referências Bibliográficas

Livros:

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GODOI, Larissa Martins de. *Cobertura Policial. Reflexões sobre os programas televisivos Linha Direta, Brasil Urgente e Barra Pesada como produtos de entretenimento*. Monografia de conclusão de curso, UniCEUB, 2007.

LIMA, Giselle de. *Sistema prisional brasileiro: inadequação com os direitos humanos dos presos*. Monografia de conclusão de curso, UniCEUB, 2008.

PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1999.

PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base. Os abusos da imprensa*. Ática, 2000.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e os seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Minerva, 2000.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1999.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VELOSO, Roberto Carvalho. *A crise do sistema penitenciário: fator de introdução, no Brasil, do modelo consensual de Justiça Penal*. 2002.

Internet:

BONJARDIM, Estela Cristina. *O suspeito e a mídia*. Caderno de pesquisa CEAPOG-IMES, 2001. Disponível em <http://www.uscs.edu.br/revistasacademicas/caderno/caderno4.pdf>. Acesso em 4 de setembro de 2009, às 10h56.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>, acessado em 4 de setembro de 2009, 14h.

Relatório DPEN. Disponível em:

<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE7CD13B5ITEMID2AC5EC2AC7834C729B1465BE75D88371PTBRIE.htm>, acessado em 24 de outubro de 2009, às 10h15.

TAQUARY, Eneida Orbage de Britto. *A formação do Sistema Penal Brasileira*. In Revista Universitas Jus, 2008. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/jus/article/viewFile/635/551>, acessado em 25 de outubro de 2009, 18h.

6 Anexos

6.1 Anexo 1 – Carta de solicitação de entrada na Papuda

Brasília, 20 de março de 2009

Solicitação

Exmo. Sr. Juiz da Vara de Execuções Criminais do Distrito Federal
(verificar se tem uma pessoa a quem vc deve encaminhar a cata)

Venho, por meio desta, solicitar a Vossa Excelência autorização para entrar no Complexo Penitenciário da Papuda, a fim de realizar uma pesquisa acadêmica que servirá de base para elaboração de um trabalho de conclusão de curso a ser entregue no final de 2009.

No trabalho em questão, pretendo abordar a relação dos presidiários com a mídia. Especificamente, a forma como os detentos se veem retratados pelas notícias produzidas e veiculadas pelos veículos de comunicação.

Para tornar a pesquisa possível, será necessário, antes de tudo, saber qual o contato real que os presos possuem com notícias externas. Questões como “Os presos têm acesso ao jornal impresso?”, “Assistem a telejornais?” “Ouvem jornais produzidos por rádios?” e “Com que frequência?”, deverão ser respondidas logo de início, o que permitiria avaliar a viabilidade do projeto. A confirmação de que é possível a realização desta pesquisa faz-se necessária, uma vez que o semestre e, conseqüentemente, o projeto, já estão em andamento.

Desta forma, solicito autorização para estabelecer um diálogo com o diretor do presídio, o mais breve possível, bem como que seja verificada a possibilidade de entrevistar um detento com o intuito de realizar um pré-teste. Outras visitas se farão necessárias ao longo do ano com o objetivo de colocar em prática a pesquisa, visto que, em apenas um contato não será possível captar sensações e descrevê-las com exatidão.

Desta forma, solicito que seja verificada a possibilidade de realizar entrevistas com, no mínimo, cinco detentos no segundo semestre, a fim de concluir o projeto acima descrito.

Débora Álvares Schuab Taboas

Data de nascimento: 19/09/1988

RG: 2.575.293 – SSP/DF

CPF: 028.546.991-65

Telefones: 3963-2036/ 8138-8836

6.4 Anexo 4 – Tabelas de programação

TV Brasil					
Variedades	Entrevista/ Auditório	Musicais	Educativos/ Religiosos	Documentário	Entretenimento
Atitude.com	Sem censura	A grande música	Telecurso Tecendo o saber	Doc TV	Castelo ra tim bum
Comentário geral	3 a 1	Amalgama Brasil	Cultura ponto a ponto	Doc TV Latino américa	Cocoricó
Revista Brasil	Código de barras	Arte com Sérgio Brito	100% Brasil	Etnodoc	Vila sésimo
Revista do cinema brasileiro	Conexão Roberto D'Ávila	Cena musical	Programa especiais	Expedições	Um menino muito maluquinho
Stadium	Roda Viva	Conversa afinada	Salto para o futuro	Pitching	Programa cinema
De lá pra cá	Zona livre show	Nos braços da viola	Palavra de vida	Tal como somos	Animania
Ver TV		Projeto Pixinguinha	A santa missa	Tela digital	Assim vivemos
Varadouro		Samba na Gamboa		Travessia	Curta Brasil
		Som na rural			Curta criança
		Clube do choro			Janela janeilinha
		Bossa nova sempre			Turma do Pererê
		Bossa nova sol nascente			
		Viola minha viola			

TV Brasília					
Variedades	Entrevista/ Auditório	Policiais/ Comunitários	Educativos	Religiosos	Entretenimento
Manhã maior	Brothers		Educação e emprego	Igreja Universal	Tv kids
A tarde é sua	Super pop			De volta a palavra	Mixando
Tv fama				Ministério da Fé	Barrados no baile
Brasília na TV				Toque de esperança	
Auto giro				Sara Nossa Terra	Pânico na TV
Leitura dinâmica				As grandes verdades bíblicas	Programa Amaury Jr.
Pampa e cerrado				Missa dominical	Campeonato

Programa Lucília Diniz				O caminho da graça	brasileiro Ritmo Brasil
				Um novo dia	Dr. Hollywood
				Você é show	UFC
					Planeta turismo

TV Band					
Variedades	Entrevista/ Auditório	Policiais/ Comunitários	Educativos	Religiosos	Entretenimento
Cozinhando com Dona Íris	Programa Raul Gil	Brasil urgente	Direito cidadão	Espaço vida vitoriosa	Campeonato brasileiro
Dia dia	Márcia			Disse Jesus	Fórmula Indy
Temperando a vida	Brasília convidada			Um novo dia	Domingo no cinema
Pescar e preservar				Vitória em Cristo	Vídeos incríveis
				Fonte de vida	Cine band
				Ministério da Fé	Cine band prive
				Show da Fé	As aventuras de Jeff Corwin
					Uma escolinha muito louca
					A noite é uma criança
					Top cine
					E 24
					The shield: acima da lei
					Família dinossauros
					Escolinha da tarde
					No coração do Brasil
					Show business
					Toda sexta
					Você implantes

TV Record					
Variedades	Entrevista/ Auditório	Policiais/ Comunitários	Educativos	Religiosos	Entretenimento
Hoje em dia	Geraldo Brasil			Programação IURD	Record kids
50 por 1	Show do Tom			Santo culto	A fazenda
Domingo Espetacular	O melhor do Brasil			Bíblia em foco	Tela máxima
Ressoar					Desenho
					Promessas de amor
					Poder paralelo (novela)
					Super tela
					Troca de família
					Cine aventura
					Louca família (humor)
					Dr. House (série)
					CSI Las Vegas (série)
					CSI Miami(série)
					Bela a feia (novela)

Rede Globo					
Variedades	Entrevista/ Auditório	Policiais/ Comunitários	Educativos	Religiosos	Entretenimento
Mais Você	Programa do Jô	Domingão do Faustão	Telecurso educação básica	Santa Missa	Tv Globinho
Peq. Emp. GN	Domingão do Faustão	Globo Comunidade	Telecurso profissionalizante		Video Show
Auto esporte	Caldeirão do Huck		Telecurso ensino médio		Vale a pena ver de novo
Fantástico	Altas Horas		Telecurso ensino fundamental		Sessão da tarde
Estrelas			Globo educação		Malhação
			Globo Ciência		Novela Paraíso
			Globo ecologia		Novela Caras e Bocas
			Globo universidade		Viver a Vida
			Ação		Fórmula 1
					A turma do Didi
					Temperatura Máxima
					Futebol
					No Limite
					Sessão de Gala
					Sessão de sábado
					Zorra Total

					Supercine
					Corujão
					Intercine
					A grande família
					Casseta e planeta
					Tela quente
					Sessão Brasil

SBT					
Variedades	Entrevista/ Auditório	Policiais/ Comunitários	Educativos	Religiosos	Entretenimento
Inside	Casos de família				10 anos mais jovem
Programa alternativo	Programa da Hebe				A praça é nossa
Ganhe mais Jequiti	Programa Silvio Santos				Astros
Roda a roda Jequiti	Roda a roda				Esquadrão da moda
Vrum	Domingo Legal				Qual é o seu talento?
	Programa do Ratinho				Só falta esposa
	Show da gente				Supernanny
	Show do Milhão				Uma hora de sucesso
	Você se lembra?				Vende-se um véu de noiva
					Cine Belas Artes
					Cinema em casa
					Cine espetacular
					Oito e meia o cinema
					Tela de sucessos
					Bom dia e Cia
					Carrossel animado
					Chapolin
					Chaves
					Sábado animado
					Domingo animado
					Séries

6.5 Anexo 5 – Tabelas telejornais

TV Brasil							
Telejornal	Audiência		Frequência				Obs.
	Sim	Não	Sempre	Nunca	2x	4x	
Repórter Brasil							
Jornal visual							
Observatório da imprensa							
Caminhos da reportagem							
Esportvisão							

Band TV							
Telejornal	Audiência		Frequência				Obs.
	Sim	Não	Sempre	Nunca	2x	4x	
Terceiro tempo							
Band esporte clube							
Primeiro jornal							
DF acontece							
Band cidade (1ª edição)							
Band cidade (2ª edição)							
Jornal da Band							
Jornal da noite							
Canal Livre							
Jogo aberto							
CQC							

TV Brasília/ Rede TV							
Telejornal	Audiência		Frequência				Obs.
	Sim	Não	Sempre	Nunca	2x	4x	
Rede TV esporte							
Jornal local (1ª edição)							
Esporte show							
Notícia local							
Jornal local (2ª edição)							
Rede TV News							
Jornal local (edição noite)							
É notícia							
Bola na rede							
Good News							

TV Record							
Telejornal	Audiência		Frequência				Obs.
	Sim	Não	Sempre	Nunca	2x	4x	
DF no ar (manhã)							
Fala Brasil							
Esporte Record DF							
DF Record (noite)							
Jornal da Record							
Esporte fantástico							
Repórter Record							
Câmera Record							
Balanço Geral							

TV Globo							
Telejornal	Audiência		Frequência				Obs.
	Sim	Não	Sempre	Nunca	2x	4x	
Globo rural							
Esporte espetacular							
Globo notícia							
Bom dia DF							
Bom dia Brasil							
Radar DF							
DFTV 1ª edição							
Jornal Hoje							
DFTV 2ª edição							
Jornal Nacional							
Jornal da Globo							
Globo esporte							
Globo Repórter							
Profissão repórter							

SBT							
Telejornal	Audiência		Frequência				Obs.
	Sim	Não	Sempre	Nunca	2x	4x	
Jornal do SBT (manhã)							
Jornal SBT Brasília (1ª edição)							
Jornal SBT Brasília (2ª edição)							
SBT Brasil							
SBT repórter							
Jornal do SBT (noite)							

6.6 Anexo 6 – Primeiro roteiro de entrevistas

1. Qual sua intenção ao assistir telejornais? Para que os assiste? (Informar sobre as coisas que acontecem lá fora/ entreter)
2. O que você acha das matérias de forma geral?
3. E daquelas que tratam de violência?
4. Acredita que a linguagem utilizada é adequada?
5. Você se vê representado nelas?
6. De alguma forma, acredita que as notícias sobre crimes falam de você?
7. Como se sente ao assistir esse tipo de reportagem? (maltratado/ofendido, envergonhado, revoltado)
8. O que você gostaria de ver diferente ou que mudasse na forma como o telejornal trata a questão dos presos?

6.7 Anexo 7 – Reformulação do roteiro de entrevista

1. Religião?
2. Escolaridade?
3. Família reside onde? Tem filhos?
4. Onde fica a tevê: na parede, na cama, em cima do armário.
5. Parte dos programas que assiste tem como ingredientes mulher pelada e futebol?
6. Qual sua intenção ao assistir telejornais? Para que os assiste? (Informar sobre as coisas que acontecem lá fora/ entreter)
7. O que você acha das matérias de forma geral?
8. E daquelas que tratam de violência?
9. Acredita que a linguagem utilizada é adequada?
10. Você se vê representado nelas?
11. De alguma forma, acredita que as notícias sobre crimes falam de você?
12. Quando você vê notícias sobre crime, lembra-se do que fez?
13. O que sentiu quando cometeu o crime?
14. E quando foi preso?
15. Quando vê esse tipo de matéria de crime ou de prisões pelo mesmo motivo que o seu sente a mesma coisa?
16. O seu crime ou prisão apareceu na televisão? Sua família chegou a comentar sobre ter visto em algum jornal?
17. Como se sente ao assistir esse tipo de reportagem? (maltratado/ofendido, envergonhado, revoltado)
18. O que você gostaria de ver diferente ou que mudasse na forma como o telejornal trata a questão dos presos?
19. O que conversam em grupo, do que falam, como criticam, quais os comentários que fazem com as notícias a que assistem?
20. Há briga para assistir isso ou aquilo, há discussão, há um líder que impõem um programa específico, a tv tem dono, o dono é o líder?
21. Ver tevê ajuda a estar com a família, facilita as conversas, é uma janela para o mundo? Você conversa com sua família sobre novela, notícias, filmes, etc?
22. Tem visitas íntimas? Durante esses encontros conversam, sobre o quê?